

Para aprofundar as pesquisas sobre a legislação federal na área de educação, você pode acessar o Sistema ProLei, do INEP. Podem ser encontradas, no ProLei, todas as Leis e normas infra legais, desde a promulgação da nova LDB, de 20 de dezembro de 1996.

Outra opção é procurar a legislação pertinente a uma área específica nas sub páginas das secretarias e órgãos do Ministério da Educação.

Legislação Fundamental

Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Instituída pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, promove a descentralização e a autonomia para as escolas e universidades, além de instituir um processo regular de avaliação do ensino. Ainda em seu texto, a LDB promove autonomia aos sistemas de ensino e a valorização do magistério.

Educação a Distância

Decretos

Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998.

Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96):

Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998.

Altera a redação dos artigos 11 e 12 do Decreto n.º 2.494:

Portaria

Portaria n.º 301, de 7 de abril de 1998.

Normatiza os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância:

Legislação sobre EAD no Brasil

- Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996
- Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998
- Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998
- Portaria n.º 301, de 7 de abril de 1998
- Indicadores de qualidade do MEC para cursos de graduação a distância.

cooperação com instituições sediadas no Brasil, deverão ser revalidados para gerarem os efeitos legais.

A Resolução CES/CNE 01, de 3 de abril de 2001, relativa a cursos de pós-graduação, dispõe, no artigo 4º, que “os diplomas de conclusão de cursos de pós-graduação stricto sensu obtidos de instituições de ensino superior estrangeiras, para terem validade nacional, devem ser reconhecidos e registrados por universidades brasileiras que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior ou em área afim.

Vale ressaltar que a Resolução CES/CNE nº 2, de 3 de abril de 2001, determina no caput do artigo 1º, que “os cursos de pós-graduação stricto sensu oferecidos no Brasil por instituições estrangeiras, diretamente ou mediante convênio com instituições nacionais, deverão imediatamente cessar o processo de admissão de novos alunos”.

Estabelece, ainda, que essas instituições estrangeiras deverão, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de homologação da Resolução, encaminhar à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES a relação dos diplomados nesses cursos, bem como dos alunos matriculados, com a previsão do prazo de conclusão. Os diplomados nos referidos cursos “deverão encaminhar documentação necessária para o processo de reconhecimento por intermédio da CAPES”.

A legislação citada pode ser encontrada na Internet, nos *sites* do MEC (<http://www.mec.gov.br>, no link “Legislação Educacional” e do Conselho Nacional de Educação (<http://www.mec.gov.br/cne>).

Em 02 junho de 2001.

Legislação Educacional

Esta página se destina a facilitar a pesquisa sobre a legislação que rege o Sistema Educacional Brasileiro. A pesquisa pode ser feita pela Legislação Fundamental que proporciona acesso direto às Emendas Constitucionais, às leis essenciais e às Medidas Provisórias.

Em Resoluções e Pareceres do CNE é possível pesquisar os dispositivos legais aprovados pelo Conselho Nacional de Educação.

processo será analisado na Secretaria de Educação Superior - SESU, por uma Comissão de Especialistas na área do curso em questão e por especialistas em educação a distância. O Parecer dessa Comissão será encaminhado ao Conselho Nacional de Educação. O trâmite, portanto, é o mesmo aplicável aos cursos presenciais. A qualidade do projeto da instituição será o foco principal da análise. Para orientar a elaboração de um projeto de curso de graduação a distância, a SEED elaborou o documento Indicadores de qualidade para cursos de graduação a distância, disponível no site do MEC para consulta. As bases legais são as indicadas no primeiro parágrafo deste texto.

C. Pós-graduação a distância

A possibilidade de cursos de mestrado, doutorado e especialização a distância foi disciplinada pela Resolução nº 01, da Câmara de Ensino Superior-CES, do Conselho Nacional de Educação-CNE, em 3 de abril de 2001.

O artigo 3º, tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996, determina que os cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) a distância serão oferecidos exclusivamente por instituições credenciadas para tal fim pela União e obedecem às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento estabelecidas na referida Resolução.

No artigo 11, a Resolução nº 1, de 2001, também conforme o disposto no § 1º do art. 80 da Lei nº 9.394/96, de 1996, estabelece que os cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância só poderão ser oferecidos por instituições credenciadas pela União.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso”.

D. Diplomas e certificados de cursos a distância emitidos por instituições estrangeiras

Conforme o Art. 6º do Dec. 2.494/98, os diplomas e certificados de cursos a distância emitidos por instituições estrangeiras, mesmo quando realizados em

ANEXO 4 - Regulamentação da EAD no Brasil

As bases legais da educação a distância no Brasil foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), pelo Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 (publicado no D.O.U. DE 11/02/98), Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998 (publicado no D.O.U. de 28/04/98) e pela Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998 (publicada no D.O.U. de 09/04/98).

Em 3 de abril de 2001, a Resolução n.º 1, do Conselho Nacional de Educação estabeleceu as normas para a pós graduação lato e stricto sensu.

A. Ensino fundamental, médio e técnico a distância:

De acordo com o Art. 2º do Decreto n.º 2.494/98, "os cursos a distância que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional e de graduação serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim (...)".

Para oferta de cursos a distância dirigidos à educação fundamental de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional de nível técnico, o Decreto n.º 2.561/98 delegou competência às autoridades integrantes dos sistemas de ensino de que trata o artigo 8º da LDB, para promover os atos de credenciamento de instituições localizadas no âmbito de suas respectivas atribuições.

Assim, as propostas de cursos nesses níveis deverão ser encaminhadas ao órgão do sistema municipal ou estadual responsável pelo credenciamento de instituições e autorização de cursos (Conselhos Estaduais de Educação) – a menos que se trate de instituição vinculada ao sistema federal de ensino, quando, então, o credenciamento deverá ser feito pelo Ministério da Educação

B. Ensino superior (graduação) e educação profissional em nível tecnológico

No caso da oferta de cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico, a instituição interessada deve credenciar-se junto ao MEC, solicitando, para isto, a autorização de funcionamento para cada curso que pretenda oferecer. O

3º desta Portaria, as informações e dados previstos no art. 2º da Portaria nº 640, de 13 de maio de 1997.

Art. 6º A comissão de credenciamento, uma vez concluída a análise da solicitação, elaborará relatório detalhado, no qual recomendará ou não o credenciamento da instituição.

Parágrafo único. A análise de que trata este artigo, no que se refere aos cursos de educação a distância, será realizada pela comissão de credenciamento e pela SESu/MEC, atendendo ao disposto na Portaria MEC nº 640, de 1997, em tudo o que for aplicável.

Art. 7º O relatório da comissão, acompanhado da documentação pertinente, integrará o relatório da Secretaria de Ensino Superior - SESu e da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, que será encaminhado ao Conselho Nacional de Educação, para deliberação.

Art. 8º O parecer do Conselho Nacional de Educação de que trata o artigo anterior será encaminhado ao Ministério de Estado da Educação e Desporto para homologação.

§ 1º Havendo homologação de parecer favorável pelo Ministro, o credenciamento far-se-á por ato do Poder Executivo.

§ 2º Em caso de homologação de parecer desfavorável a instituição interessada só poderá solicitar novo credenciamento após o prazo de dois anos, a contar da data da homologação do parecer no Diário Oficial.

Art. 9º O reconhecimento de cursos superiores de graduação a distância autorizados e a autorização de novos cursos de graduação e cursos seqüenciais a distância, nas instituições credenciadas para a oferta de educação a distância, deverão obedecer o que dispõe a Portaria nº 641 de 13 de maio de 1997, e nº 877, de 30 de julho de 1997, em tudo o que for aplicável.

Art. 10 As instituições que obtiverem credenciamento para oferecer cursos a distância serão avaliadas para fins de credenciamento após cinco anos.

Art. 11. Será sustada a tramitação de solicitação de credenciamento de que trata esta Portaria, quando a proponente ou sua mantenedora estiverem submetidas a sindicância ou inquérito administrativo.

Art. 12.. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO RENATO SOUZA

organograma funcional, descrição das funções e formas de acesso a cada cargo, esclarecendo atribuições acadêmicas e administrativas, definição de mandato, qualificação mínima exigida e formas de acesso para os cargos diretivos ou de coordenação, bem como a composição e atribuições dos órgãos colegiados existentes;

elenco dos cursos já autorizados e reconhecidos, quando foro caso;

dados sobre o curso pretendido: objetivos, estrutura curricular, ementas, carga horária estimada para a integralização do curso, material didático e meios instrucionais a serem utilizados;

descrição da infra-estrutura, em função do projeto a ser desenvolvido: instalações físicas, destacando salas para atendimento aos alunos: laboratórios; biblioteca atualizada e informatizada, com acervo de periódicas e livros, bem como fitas de áudio e vídeos; equipamentos que serão utilizados, tais como: televisão, videocassete, audiocassete, equipamentos para vídeo e teleconferência, de informática, linhas telefônicas, inclusive linhas para acesso a redes de informação e para discagem gratuita e aparelhos de fax á disposição de tutores a alunos, dentre outros;

descrição clara da política de suporte aos professores que irão atuar como tutores e de atendimento aos alunos, incluindo a relação numérica entre eles, a possibilidade de acesso á instituição, para os residentes na mesma localidade e formas de interação e comunicação com os não-residentes;

identificação das equipes multidisciplinares - docentes e técnicos -envolvidas no projeto e dos docentes responsáveis por cada disciplina e pelo curso em geral, incluindo qualificação e experiência profissional;

indicação de atividades extracurriculares, aulas práticas e estágio profissional oferecidos aos alunos;

descrição do processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação e da avaliação do rendimento do aluno ao longo do processo e ao seu término;

§ 1º O projeto referido no caput deste artigo será integralmente considerado nos futuros processos de avaliação e credenciamento da instituição.

§ 2º Sempre que houver parceria entre instituições para a oferta de cursos a distância, as informações exigidas neste artigo estendem-se a todos os envolvidos.

Art. 4º As informações apresentadas pela proponente poderão ser complementadas pela Secretaria de Ensino Superior - SESu e Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, com informações, adicionais da Secretaria de Educação a Distância - SEED, podendo incluir outras, prestadas por órgãos do MEC ou por instituições de reconhecida competência na área de educação a distância.

Art. 5º A Secretaria de Ensino Superior- SESu, a Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEM TEC, respectivamente no que diz respeito à educação superior e educação profissional, e a Secretaria de Educação a Distância - SEED, completado o conjunto de informações, constituirão uma comissão de credenciamento, especialmente designada para avaliar a documentação apresentada e verificar, in loco, as condições de funcionamento e potencialidades da instituição.

§ 1º O credenciamento de instituições para oferecer cursos de graduação a distância se dará com o ato legal de autorização de funcionamento de seus cursos.

§ 2º Sempre que as instituições interessadas em credenciar-se para oferecer cursos de graduação a distância não estiverem credenciadas como instituições de educação superior para o ensino presencial deverão apresentar, no projeto de que trata o art.

ANEXO 3

A Portaria nº 301 de 7 de abril de 1998 normatiza os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação (e outros) na modalidade de ensino a distância, considerando o contido no Decreto 2494/98.

PORTARIA Nº 301, DE 7 DE ABRIL DE 1998

(Publicada no Diário Oficial da União nº 68, de 09/04/98 - Seção 1, p.110)

Normatiza os procedimentos de credenciamento de instituições para oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância.

O MINISTRO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO, no uso de suas atribuições, considerando:

O disposto na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e no Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998; e a necessidade de normatizar os procedimentos de credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância, resolve:

Art. 1º A instituição de ensino interessada em credenciar-se para oferecer cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico a distância deverá apresentar solicitação ao Ministério da Educação e do Desporto, a ser protocolada no Protocolo Geral do MEC ou na DEMEC da unidade da federação respectiva.

§ 1º A instituição de ensino interessada em credenciar-se para oferecer cursos de educação fundamental dirigidos à educação de jovens e adultos, ensino médio e a educação profissional em nível técnico, deverá apresentar solicitação às autoridades dos respectivos sistemas.

§ 2º As instituições poderão, em qualquer época, apresentar as solicitações de credenciamento de que trata esta Portaria.

Art. 2º O credenciamento da instituição levará em conta os seguintes critérios:

breve histórico que contemple localização da sede, capacidade financeira, administrativa infra-estrutura, denominação, condição jurídica, situação fiscal e para fiscal e objetivos institucionais, inclusive da mantenedora;
qualificação acadêmica e experiência profissional das equipes multidisciplinares - corpo docente e especialistas nos diferentes meios de informação a serem utilizados - e de eventuais instituições parceiras;
infra-estrutura adequada aos recursos didáticos, suportes de informação e meios de comunicação que pretende adotar;
resultados obtidas em avaliações nacionais, quando for o caso;
experiência anterior em educação no nível ou modalidade que se proponha a oferecer;

Art. 3º A solicitação para credenciamento do curso de que trata o § 1º deverá ser acompanhada de projeto, contendo, pelo menos, as seguintes informações: estatuto da instituição e definição de seu modelo de gestão institucional, incluindo

§ 1º Será exigência para credenciamento dessas instituições a construção e manutenção de banco de itens que será objeto de avaliação periódica.

§ 2º Os exames dos cursos de educação profissional devem contemplar conhecimentos práticos, avaliados em ambientes apropriados.

§ 3º Para exame dos conhecimentos práticos a que se refere o parágrafo anterior, as instituições credenciadas poderão estabelecer parcerias, convênios ou consórcios com instituições especializadas no preparo profissional escolas técnicas, empresas e outras adequadamente aparelhadas.

Art. 9º O Poder Público divulgará, periodicamente, a relação das instituições credenciadas, recredenciadas e os cursos ou programas autorizados.

Art. 10. As instituições de ensino que já oferecem cursos a distância deverão, no prazo de um ano da vigência deste Decreto, atender às exigências nele estabelecidas.

Art. 11. Fica delegada competência ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, em conformidade ao estabelecido nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, para promover os atos de credenciamento de que trata o § 1º do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, das instituições vinculadas ao sistema federal de ensino e das instituições de educação profissional em nível tecnológico e de ensino superior dos demais sistemas. (Nova redação dada pelo Decreto nº 2.561, de 27/04/98)

Art 12. Fica delegada competência às autoridades integrantes dos demais sistemas de ensino de que trata o art. 8º da Lei nº 9.394, de 1996, para promover os atos de credenciamento de instituições localizadas no âmbito de suas respectivas atribuições, para oferta de cursos a distância dirigidos à educação de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional de nível técnico. (Nova redação dada pelo Decreto nº 2.551, de 27/04/98)

Art 13. Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Brasília, 10 de fevereiro de 1988; 177º da Independência e 110º da República.

*FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Paulo Renato Souza*

§ 3º A autorização, o reconhecimento de cursos e o credenciamento de instituições do sistema federal de ensino que ofereçam cursos de educação profissional a distância deverão observar, além do que estabelece este Decreto, o que dispõem as normas contidas em legislação específica.

§ 4º O credenciamento das instituições e a autorização dos cursos serão limitados a cinco anos, podendo ser renovados após avaliação.

§ 5º A avaliação de que trata o parágrafo anterior obedecerá a procedimentos, critérios e indicadores de qualidade definidos em ato próprio, a ser expedido pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

§ 6º A falta de atendimento aos padrões de qualidade e a ocorrência de irregularidade de qualquer ordem serão objeto de diligência, sindicância, e, se for o caso, de processo administrativo que vise a apurá-los, suspendendo-se, de imediato, a tramitação de pleitos de interesse da instituição, podendo ainda acarretar-lhe o descredenciamento.

Art. 3º A matrícula nos cursos a distância de ensino fundamental para jovens e adultos, médio e educação profissional será feita independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.

Parágrafo único. A matrícula nos cursos de graduação e pós-graduação será efetivada mediante comprovação dos requisitos estabelecidos na legislação que regula esses níveis.

Art. 4º Os cursos a distância poderão aceitar transferência e aproveitar créditos obtidos pelos a/unos em cursos presenciais, da mesma forma que as certificações totais ou parciais obtidas em cursos a distância poderão ser aceitas em cursos presenciais.

Art. 5º Os certificados e diplomas de cursos a distância autorizados pelos sistemas de ensino, expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, terão validade nacional.

Art. 6º Os certificados e diplomas de cursos a distância emitidos por instituições estrangeiras mesmo quando realizados em cooperação com instituições sediadas no Brasil, deverão ser revalidados para gerarem efeitos legais, de acordo com as normas vigentes para o ensino presencial.

Art. 7º A avaliação do rendimento do aluno para fins de promoção, certificação ou diplomação realizar-se-á no processo por meio de exames presenciais, de responsabilidade da instituição credenciada para ministrar o curso, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto autorizado.

Parágrafo único. Os exames deverão avaliar competências descritas nas diretrizes curriculares nacionais, quando for o caso, bem como conteúdos e habilidades que cada curso se propõe a desenvolver

Art. 8º Nos níveis fundamental para jovens e adultos, médio e educação profissional, os sistemas de ensino poderão credenciar instituições exclusivamente para a realização de exames finais, atendidas às normas gerais da educação nacional.

ANEXO 2 - Quanto à Regulamentação da Educação a Distância:

O artigo 80 da Lei nº 9.394/96 que dispõe sobre a Educação a Distância foi regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, com as alterações (artigos 11 e 12) introduzidas pelo Decreto nº 2.561, de 27 de abril de 1998.

DECRETO Nº 2.494, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1998

(Publicado “o Diário Oficial da União nº 29 de 11/02/98 - Seção 1, p. 1)

Regulamente o art. 80 da Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências (regulamentação da educação a distância)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e de acordo com o disposto no art. 80 da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996,

DECRETA:

Art. 1º Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Parágrafo único. Os cursos ministrados sob a forma de educação a distância serão organizados em regime especial, com flexibilidade de requisitos para admissão, horário e duração, sem prejuízo, quando for o caso, dos objetivos e das diretrizes curriculares fixadas nacionalmente.

Art. 2º Os cursos a distancia que conferem certificado ou diploma de conclusão do ensino fundamental para jovens e adultos, do ensino médio, da educação profissional, e de graduação serão oferecidos por instituições públicas ou privadas especificamente credenciadas para esse fim, nos termos deste Decreto e conforme exigências a serem estabelecidas em ato próprio, expedido pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

§ 1º A oferta de programa de mestrado e de doutorado na modalidade a distância será objeto de regulamentação específica.

§ 2º O credenciamento de instituições do sistema federal de ensino, a autorização e o reconhecimento de programas a distância de educação profissional e de graduação de qualquer sistema de ensino deverão observar, além do que estabelece este Decreto, o que dispõem as normas contidas em legislação específica e as regulamentações a serem fixadas pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto.

insuficientemente escolarizados;

4. Os recursos da educação a distância também serão utilizados para a qualificação e capacitação de docentes para professores em exercício na educação básica, conforme o disposto no inciso III do § 3º do art. 87 da Lei:

Art. 87 É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta lei.

§ 3º Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá:

III- realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância;

5. A diretrizes básicas referentes à forma de **organização e funcionamento da Educação a Distância** está prevista no art. 80 da LDB, que dispõe:

Art 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância,

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado que incluirá;

I- custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III- reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

ANEXO 1 - LEGISLAÇÃO DO ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL

1. Quanto à modalidade de Educação a Distância

Amparo Legal da Educação a Distância:

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1999 - estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Na referida Lei, pela primeira vez a legislação que rege a educação formal, a educação a distância foi contemplada. No texto da Lei, essa modalidade de ensino está presente nos seguintes dispositivos:

1. Na educação superior, além do disposto no artigo regulador - art. 80 -, também a educação a distância é reafirmada no 47 que dispõe sobre procedimentos acadêmicos desse nível de educação:

Art 47. Na educação superior..

§ 3º É obrigatória a freqüência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância.

2. **No ensino fundamental regular** a educação a distância pode ser utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais conforme dispõe o § 4º do art. 32 da LDB

Art. 32...

§ 4º O ensino fundamental será presencial sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais..

3. Para a **educação de jovens e adultos**, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria, podem ser realizados cursos na modalidade de educação a distância, conforme prevê o inciso II do § 3º do art. 87 da LDB:

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta lei.

3º Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá:

II - promover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos

ANEXOS

VIEIRA, MARTHA B. E ANDRADE, N. **Construção e reconstrução de um ambiente de aprendizagem para educação a distância**. In: VIII Congresso Internacional de Educação a Distância- ABED, 2001, Brasília. Disponível em <[http://www.abed.org.br/congresso 2001/index.html](http://www.abed.org.br/congresso%202001/index.html)>. Acesso em: 8 de nov.de 2002

VITIELLO, Nelson. **A educação sexual necessária**. São Paulo: Revista Brasileira de Sexualidade Humana, 1995, v.6, n.1, p.18-25.

_____ et al. **Manual de dinâmicas de grupo**. São Paulo: Iglu, 1997.

WEREBE, Maria José Garcia. **Sexualidade, política e educação**. Campinas: Autores Associados, 1998.

_____. **A educação sexual na escola**. Lisboa: Moraes, editores, 1977.

WOOD, R. Civilizações antigas, vida sexual. In: ELLIS, A & ABARBANEL, A (Orgs). **Enciclopédia do Comportamento Sexual**. Tradução de Edisom Carneiro. Rio de Janeiro: 1967, V. 2, C – E.

YOZO, Ronaldo Y. K. **100 jogos para grupos**: uma abordagem psicodramática para empresas, escolas e clínicas. São Paulo: Agora, 1996.

ZAMUDIO, Javier Arévalo. Una Experiencia Puntual de Educación a Distancia: multimídia, educación para los medios. In **Atracción Mediática**: el fin de siglo en la educación y la cultura. CAFIERO, M., MARAFIOTI, R e TAGLIABUE,N. Buenos Aires: Biblos, 1997.

SILVA, C.R.O. **Bases pedagógicas e ergonômicas para concepção e avaliação de produtos educacionais informatizados**. Florianópolis, 1998.

SILVA, Mozart L. da. (Org.). **Novas tecnologias** – educação e sociedade na era da informação. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

STRUCHINER, Miriam et al. **Elementos fundamentais para o desenvolvimento de ambientes construtivistas de aprendizagem a distância**. In: Revista Tecnologia educacional, n.142, p. 3-11. Rio de Janeiro: ABT, 1998.

_____ et GAMEIRO, J.A. **Criação de uma ferramenta de organização pessoal em um ambiente construtivista de aprendizagem a distância**. In: VIII Congresso Internacional de Educação a Distância- ABED, 2001, Brasília. Disponível em <http://www.abed.org.br/congresso_2001/index.html>. Acesso em: 8 de nov.de 2002

SUPLICY, Marta. **Sexo para adolescentes**. São Paulo: FTD, 1988.

TANNAHILL, Reay. **Sexo na história**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

TIJIBOY, A.V. As novas tecnologias e a incerteza na educação. In: LINHARES, M. (Org). **Novas tecnologias** - educação e sociedade na era da informática. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Sistema de Bibliotecas Referências/Universidade Federal do Paraná, Sistemas de Bibliotecas**. Curitiba: editora da UFPR, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Laboratório de Ensino a Distância. **Gestão Escolar**. Florianópolis: LED, 2000.

VAN USSEL, J. **Repressão Sexual**. São Paulo: Campus, 1980.

VAINFAS, Ronaldo. **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

VASCONCELOS, Naumi. **Os dogmatismos sexuais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

VIEIRA, FABIA M.S. **Considerações teórico-metodológicas para elaboração e realização de cursos virtuais**. In: VIII Congresso Internacional de Educação a Distância- ABED, 2001, Brasília. Disponível em <http://www.abed.org.br/congresso_2001/index.html>. Acesso em: 8 de nov.de 2002

RENA, Luiz Carlos C. B. **Sexualidade e adolescência** – as oficinas como prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

REVISTA @PRENDER ON LINE. Bimestral. CM Consultoria. Jan/Fev/2002. Disponível em <http://www.aprenderonline.com.br>. Acesso em abril de 2002.

RIBEIRO, Marcos. (Org). **Educação sexual**: novas idéias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1993.

RITTO, Antonio C. de Azevedo, MACHADO, Nery F^o. **A caminho da escola virtual**-um ensaio carioca. Rio de Janeiro: Consultor, Faculdade Carioca, 1995.

RODRIGUES, G. M. **Definição de um ambiente de cursos para ensino/aprendizagem de estatística na Internet**. Rio Grande do Sul, 2002 – 118fls. Monografia (Bacharelado). Ciências da Computação. Instituto de Física e Matemática. Universidade Federal de Pelotas.

SANCHO, Juana M. (Org). **Para uma tecnologia educacional**. Tradução: Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Art Med, 1998.

SANTOS, Consuelo A. S. **Educação a distância: abordagem metodológica para avaliação do uso pedagógico das linguagens e tecnologias envolvidas**. Florianópolis, 1999. 130f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção - Universidade Federal de Santa Catarina.

SARAIVA, Terezinha. **Educação a distância no Brasil**: lições da história. Em Aberto, Brasília, ano 16, n^o 70, abr/jun 1996.

SAYÃO, Yara. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J.G (Org) **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1997.

SCHANK, Roger C. **Designing world** – Class e-learning. McGraw Hill, 2001

SCOTT,J. **Gênero**:uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade. Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul/dez/1990.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO. Santa Catarina. **Proposta curricular de Santa Catarina para o ensino médio**. Florianópolis, 1998.

NETO, Francisco José. da S. L. Educação a distância. In: **Estudos e pesquisas**, nº 21/22: 96-101, Rio de Janeiro: ABT, 1992. Disponível em: <http://www.intelecto.net>. Acesso em: julho de 2001.

NISKIER, Arnaldo. **Educação a distância**: a tecnologia da esperança. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. **Tecnologia educacional**: uma visão política. Petrópolis: Vozes, 1993.

NÓVOA, Antonio (org). **Profissão professor**: Portugal: Porto Editora, 1996.

NUNES, César A. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papyrus, 1987.

_____. **Filosofia, sexualidade e educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre a educação sexual escolar**. Campinas, São Paulo, 1996. 324f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas.

_____.e SILVA, Edna A da. **Manifestações da sexualidade da criança**. Campinas,SP: Século XXI, 1997.

NUNES, Ivônio B. **Noções de educação a distância**. Educação a Distância nº 1, Brasília: INED, jul/1992.

PAAS, Leslie. **Design educacional**. Artigo publicado em 24/09/2002. Disponível em <http://www.bb.com.br/appbb/portal/bb/unv/art/ArtigoCompl.jsp?codigo=39> Acesso em 20/10/2002.

PEREIRA, Carlos D. de C. **Subjetividade e cognição na educação on line**. Florianópolis, 2000. 110f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção - Universidade Federal de Santa Catarina.

PEY, Maria Oly. **Oficina de alfabetização técnica**: propondo uma modalidade de trabalho educativo. Livros Livres 1. Florianópolis, Movimento, 1994.

PRETI, Orestes. **Educação a distância**: uma prática educativa mediadora e mediatizada. In: PRETI, Orestes. Educação a distância: inícios e indícios de um percurso. Cuiabá: NEAD/IE – Universidade Federal do Mato Grosso, 1996.

PY, Ligia. **Testemunhas vivas da história**. Rio de Janeiro: NAU, 1999.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1988.

MEDEIROS, Selma Z. **Método para educadores na arte de ensinar-aprender a sexualidade do adolescente: uma proposta participativa**. Florianópolis, 2000. 120f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção - Universidade Federal de Santa Catarina.

MELLO, M. B. **Avaliação preliminar de impactos de um programa de orientação sexual de longa duração**. Anais IV Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana. p. 74. Rio de Janeiro, 1999.

MIELNIK, Isaac. **Educação sexual na escola e no lar: da infância à adolescência**. São Paulo: IBRASA, 1980.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria. de Educação a Distância. **Projeto PROFORMAÇÃO**. Disponível em: <http://www.proform/default.shtm>. Acesso em: julho de 2001.

_____. Secretaria. de Educação a Distância. **Projeto TV Escola**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/seed/tvescola.shtm>. Acesso em: julho de 2001.

_____. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos do ensino Fundamental: apresentação dos Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MORAES, M^a C. **O paradigma educacional emergente**. São Paulo, 1996. 304f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação – Pontifícia Universidade Católica.

MORAN, José Manuel. **Mudar a forma de ensinar e de aprender com tecnologias: transformar as aulas em pesquisa e comunicação presencial-virtual**. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/~moran>. Acesso em: outubro de 2000

_____. **Mudanças na comunicação pessoal: gerenciamento integrado da comunicação pessoal, social e tecnológica**. São Paulo: Paulinas, 1998.

MORAN, J.M., MASETTO, M.T. e BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.

MOTT, Luiz. **O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da inquisição**. Campinas: Papirus, 1998.

MURARO, Rosa Maria. **Sexualidade da mulher brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1983.

LANDIM, Cláudia M. das P. F. **Educação a distância** – algumas considerações. Niterói: Cláudia Maria das Mercês Paes Ferreira Landim, 1997.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1998.

LIMA, M^a Helena e MEDEIROS, Selma Z. **Biologia e sexualidade**. Como trabalhar a sexualidade na escola. Florianópolis, apostila Pró-Ciências III, FUNCITEC – CAPES – SEED – CA/Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

_____. **Como trabalhar a sexualidade na escola**. Florianópolis, apostila Pró-Ciências III, FUNCITEC – CAPES – SEED – CA/Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. (Org). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LÓPEZ, F. e FUERTES, A. **Para entender a sexualidade**. São Paulo: Loyola, 1993.

LUCENA, Carlos e FUKS, Hugo. **Professores e aprendizes na web**: a educação na era da Internet. Rio de Janeiro: Clube do Futuro, 2000.

MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

MARTINS, A. e BETTIO, R. W. **Objetos de aprendizagem**: um modelo direcionado ao ensino a distância. In: IX Congresso Internacional de Educação a Distância-ABED, 2002, São Paulo. Disponível em <<http://www.abed.org.br/congresso2002/trabalhos/texto42.htm>>. Acesso em: 8 de nov.de 2002

MARYINS,J.G.;MOCO,S.S.; MARTINS,A.R.; BARCIA, R.M. **Realidade virtual através de jogos na educação**. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós- Graduação em Engenharia de Produção.2002.

MARTINS, Onilza B. e POLAK, Ymiracy N. de S. **Educação a distância**. Curitiba: MEC/SEED, 2000. Curso de formação em educação a distância. Unirede, módulo 1.

MASTERS & JOHNSON. **O vínculo do prazer**. Rio de Janeiro: Record, 1977.

GHERPELLI, Maria Helena B. V. A educação preventiva em sexualidade na adolescência. In: TOZZI, Devanil A. et al. **Papel da educação na ação preventiva ao abuso de drogas e as DST/AIDS**. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, 1996.

GOLDBERG, Maria Amélia. **Educação sexual**: uma proposta, um desafio. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1984.

GOMES, Rita de C. G. **Educação a distância: uma alternativa para a formação de professores e demais profissionais na sociedade do conhecimento**. Florianópolis, 2000. 224f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção - Universidade Federal de Santa Catarina.

GPTOS. **Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual** (vários autores). São Paulo: Olho d'Água, 1999.

_____. **Guia de orientação sexual**: diretrizes e metodologia da pré-escola ao 2º grau. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

GREGERSEN, Edgar. **Práticas sexuais**: a história da sexualidade humana. São Paulo: Roca, 1983.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação sexual na escola**: mito e realidade. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

HAEBERLE, Álvaro Godoy. Un Medio de Comunicación para el Desarrollo e el Rol de la Television en la Educación Masiva. In **Atracción Mediática**: el fin de siglo en la educación y la cultura. CAFIERO, M., MARAFIOTI, R e TAGLIABUE,N. Buenos Aires: Biblos, 1997.

KAPLAN, Helen S. **A nova terapia do sexo**. 2. ed. Tradução de Osvaldo Barreto e Silva. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

KEEGAN, D. **Foudations of distance education**. 2. ed. Londres: Routledge, 1991.

KNOX, E. L. Skip. **A pedagogia do projeto de web sites**: relato de uma experiência. Boletim EAD – Unicamp/ Centro de Computação Número 7/15/03/01 Disponível em: <<http://www.ead.unicamp.br>>. Acesso em: 14/03/01
JONASSEN, D. **O uso das novas tecnologias na educação a distância e a aprendizagem construtivista**. *Em Aberto*, Brasília, ano 16, n. 70, abr/jun, 1996.

DIAZ, Margarita et alii. (1999). **Avaliação externa de três Projetos de Educação sexual e cidadania**. Anais IV Congresso Brasileiro de Sexualidade Humana. p. 73. Rio de Janeiro.

DUBY, Georges. **Idade média, idade dos homens**: do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, N.T. **Cidadania**: uma questão para a educação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FERRER, F. **Como educar la sexualidad em la escuela**. Barcelona: CEAC, 1992.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 19 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

FRANCIOSI, B., ANDRADE, A. et al. **Modelando ambientes de Aprendizagem a distância baseado no uso de mídias integradas**: um estudo de caso. PUC – UFRGS/FACIN – PUCRS Virtual, 2001. Disponível em http://pesquisa.ead.pucrs.br/Artigos/Publicados/2001/Abed/Abed_ModelagemComputacional/Abed_ModelagemComputacional.htm> Acesso em 8 de nov. de 2002

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Pedagogia da indignação** – cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

FOSNOT, C. T. **Construtivismo, Teoria, Perspectiva e Prática Pedagógica**, Porto Alegre: Artemed, 1998.

GARCIA, Walter E. **Educação, visão teórica e prática pedagógica**. São Paulo: McGraw Hill, 1977.

histórico cultural de Lev S. Vygotsky. Florianópolis, 2000. 158f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina.

BRINGHENTI, I. **Perfil do ex-aluno da escola Politécnica da USP:** pesquisa visando o aprimoramento curricular. São Paulo: EPUSP, 1995.

BUSETTI, G. R. et al. **Saúde e qualidade de vida.** Petrópolis: E.F. Petrópolis, 1998.

CABRAL, J.T. **A sexualidade no mundo ocidental.** Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

CAMPOS, F.C.A.da, ROCHA, A.R.C.de, CAMPOS, G.H.B. **Design institucional e construtivismo:**em busca de modelos para o desenvolvimento de software. IV Congresso RIBIE, Brasília, 1998.

CARDOSO, Fernando Luiz. **O que é orientação sexual?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

CARMO, Hermano. **Ensino Superior a Distância – Contexto Mundial.** Lisboa:: Universidade Aberta, 1997.

CENTRO DE ENSINO TÉCNICO DE BRASÍLIA: **LOGOS II:** registro de uma experiência. Brasília: CETEB,1984.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual:** esta nossa desconhecida. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COSTA, Jurandir. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, Ramiro Marinho. **Sexualidade como tema transversal: a estruturação da Educação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Florianópolis, 2001. 124f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação – Universidade Federal de Santa Catarina.

DESTRO, Adriana M. **A internet como novo paradigma na educação.** Florianópolis, 2000. 127f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção - Universidade Federal de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, João R. M. **A educação a distância no Brasil: síntese, histórico e perspectivas.** Rio de Janeiro: IPAE, 1994.

ARAUJO, M. L. M. **A sexualidade do universitário: uma pesquisa entre estudantes universitários do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 1985. 172f. Dissertação (Mestrado em Sexologia). Universidade Gama Filho.

ARETIO, Lorenzo G. **Educaión a distancia hoy.** Madrid: Universidad Nacional de Educaión a Distancia, 1997.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1981.

BARBIER, F. e LAVENIR, C. B. **Historia de los medios: de Diderot a Internet.** Argentina, Ediciones Colihue, 1996.

BARROSO, Carmem e BRUSCHINI, Cristina. **Educação sexual: debate aberto.** Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Sexo e juventude: como discutir a sexualidade em casa e na escola.** São Paulo: Cortez, 1990.

BATES, Tony. **Technology, open learning and distance education.** London and New York: Routledge, 1995.

BEDMAR, A. K. et al. Theory into Practice: How Do We Link? in DUFFY, T. M. & JONASSEN, D. H. **Construtivism and the Technology of Instruction - A Conversation.** LEA Publishers. 1992.

BELLONI, M. Luiza. **Educação a distância.** Campinas: Autores Associados, 1999.

BERNARDI, Marcello. **A deseducação sexual.** São Paulo: Summus, 1985.

BORDIN, J.; GROSSI, E. P. (org.) **Construtivismo pós-piagetiano: um novo paradigma sobre aprendizagem.** Petrópolis, 1993.

BORGES, Ilma. **Prática pedagógica, processos interativos humanos e a construção do conhecimento usando a Internet: uma análise a partir da teoria**

recursos interativos de aprendizagem e dinamiza, de maneira mais atrativa e enriquecedora, o relacionamento professor-aluno-conhecimento para que, auxiliado pelo professor, o aluno possa ir aprendendo a aprender.

O referido curso *on line* pode ser desenvolvido em qualquer plataforma educacional, via *web*, que viabilize a implantação e o gerenciamento de ambientes virtuais de aprendizagem, tais como:

- VIAS K – desenvolvida pelo LED/UFSC
- AulaNet – desenvolvida pelo LES/PUC (Rio de Janeiro)
- TelEduc – desenvolvida pelo LED/Campinas (São Paulo)

Enfim, em qualquer ambiente que possibilite a construção de cursos *on line*.

SUGESTÕES

1. Inclusão da temática na formação desses educadores;
2. Formação/capacitação – curso ou disciplina de um curso, voltado para o “aprender a aprender”.
3. EAD – o professor deixa de ser o detentor de informações → orientador (estimulador)
4. Novas tecnologias – como ferramentas pedagógicas
5. Curso *on line* de sexualidade humana → alternativa de uma qualificação em EAD - para os que não dispõem de acesso às condições de um curso presencial.

Chama-se a atenção para um aspecto concernente à revisão estrutural (ortográfica e gramatical) desta dissertação.

Por mais persistente que se tenha sido, no processo de revisão da dissertação, cada vez que a revia encontrava mais e mais erros. Por isto, reitero as palavras de Monteiro Lobato, citado por PY (1999): “A luta contra o erro tipográfico tem algo de homérico. Durante a revisão os erros se escondem, fazem-se positivamente invisíveis. Mas assim que o livro sai, tornam-se visibilíssimos, verdadeiros sacis a nos botar a língua em todas as páginas. Trata-se de um mistério que a ciência ainda não conseguiu decifrar...”.

aprendizagem, para ser um orientador que estimule a curiosidade, o debate e a interação com os outros participantes do processo.

Pela diversidade de projetos educacionais encontrados na Internet, pode-se notar que os professores têm procurado, cada vez mais, desenvolver cursos a distância que a utilizem. Para que as Novas Tecnologias promovam as mudanças esperadas no processo educativo, devem ser usadas não como máquinas para ensinar ou aprender, mas como ferramenta pedagógica para criar um ambiente interativo que proporcione ao aprendiz, diante de uma situação problema, investigar, levantar hipóteses, testá-las e refinar suas idéias iniciais, construindo assim seu próprio conhecimento. A utilização destas, na educação, não garantirá por si só a aprendizagem dos alunos, pois as mesmas são instrumentos de ensino que podem e devem estar a serviço do processo de construção e apropriação do conhecimento dos aprendizes. A introdução desses recursos na educação deve ser acompanhada de uma sólida formação dos professores para que eles possam utilizá-las de uma forma responsável e com potencialidades pedagógicas verdadeiras, não sendo utilizadas como máquinas divertidas e agradáveis para passar o tempo.

Os seis módulos, do modelo de curso proposto, foram organizados de modo a articular competências e focos temáticos considerados básicos para a atualização do papel docente voltado ao “aprender a aprender”, oferecidos aos profissionais da educação que queiram trabalhar com a área da Sexualidade Humana.

Este curso *on line*, na área da Sexualidade Humana, representa uma alternativa e uma conquista na qualificação em educação a distância para os docentes, especialmente para aqueles que não dispõem de acesso às condições para ter esta capacitação na forma presencial, considerando as circunstâncias e implicações mediante as quais esta se realiza. Pois as dificuldades que os profissionais da educação têm em lidar com os diversos comportamentos de seus alunos, julgados de pronto inadequados, na maioria das vezes advém de sua desinformação ou desconhecimento sobre o assunto e de como trabalhar com ele.

O programa visa atender as exigências sociais e pedagógicas da Sexualidade Humana, favorecendo a demanda de profissionais da educação interessados nesta área, que necessitam dessa capacitação por exigência do MEC-PCNs (Temas Transversais – Orientação Sexual) e foi desenvolvido para oferecer uma educação de qualidade a distância. Respeita, assim, o ritmo de estudo do aluno, utiliza

- Independentemente do modo como o conteúdo é disponibilizado, seja em sala de aula, CD-ROM ou pela Internet, a qualidade do planejamento e do projeto de um programa de ensino é essencial.
- Temos que ter em mente que a tecnologia é simplesmente uma ferramenta para desenvolvimento e implementação de um curso.
- O treinamento mediado por tecnologia deve ser projetado para envolver os aprendizes de maneira ativa.

Etapas do desenvolvimento projeto *on line*:

- Um projeto instrucional com objetivos bem definidos, público alvo e expectativas claras;
- Design instrucional que valorize a interatividade, *feedback* técnico e afetivo;
- Escolha de mídias apropriadas que possam dar suporte ao ambiente a ser criado;
- Um bom design da interface e do ambiente de aprendizagem•
- Desenvolvimento de material didático, normas administrativas, tutoriais e FAQs.
- Os conteúdos devem ser objetivos, informem com clareza e sejam constantemente atualizados;
- Um bom suporte técnico que garanta a resolução de problemas encontrados pelos alunos no uso do ferramental;
- Preparação adequada do monitor que dará apoio e tutoria ao curso.

O modelo de curso Proposto nesta dissertação vem, exatamente, ao encontro da necessidade dessa formação/capacitação de educadores, só que à distância. A EAD, tradicionalmente marcada pelas mídias tradicionais, como material impresso, televisão e rádio, vem assumindo hoje uma concepção totalmente nova devido aos avanços das novas tecnologias de informação e comunicação. Os recursos oferecidos pelas novas tecnologias, principalmente através da Internet, fazem com que a EAD deixe de ser apenas uma alternativa para as pessoas impedidas de ter acesso à educação formal e passe uma modalidade de educação flexível, que vem acrescentar ao sistema tradicional uma modalidade inovadora e de qualidade, além de viabilizar a educação continuada para um maior contingente de pessoas. Nessa modalidade de educação, pretende-se que o professor deixe de ser o único detentor/transmissor das informações e controlador do processo de ensino-

responder às perguntas de forma direta e esclarecedora. Informações corretas do ponto de vista científico ou esclarecimentos sobre as questões trazidas pelos alunos são fundamentais para seu bem estar e tranquilidade, para uma maior consciência de seu próprio corpo e melhores condições de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e abuso sexual.

Na condução desse trabalho, a postura do educador é fundamental para que os valores básicos propostos possam ser conhecidos e legitimados de acordo com os objetivos apontados. Em relação às questões de gênero, por exemplo, o professor deve transmitir, pela sua conduta, a equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente. Ao orientar todas as discussões, deve, ele próprio, respeitar a opinião de cada aluno e ao mesmo tempo garantir o respeito e a participação de todos. (PCNs)

A necessidade de formação de educadores, nas questões específicas ligadas à sexualidade humana, faz-se urgente visto que estes se deparam com muitas dificuldades para lidarem com o tema. Essa formação não deve ser confundida com palestras de auditório, aos filmes educativos, às aulas isoladas dentro de uma determinada disciplina, com profissionais alheios à realidade da escola. A sugestão, que aqui apresento, é de incluir a temática nos currículos de formação desses educadores, para que, quando confrontarem com a realidade escolar, possam superar seus medos.

Segundo Renna: “[...] esta inclusão deve ser percebida como uma contribuição significativa para a expansão das ações educativas em sexualidade no sistema de ensino numa perspectiva bastante crítica e equilibrada”. (2001, p. 234)

A formação/capacitação, a qual me refiro, consiste num curso, ou disciplina de um curso, para estes profissionais da educação, com uma abordagem voltada ao “aprender a aprender”.

Há a necessidade de desenvolvimento de projetos *on line*, pois:• Enquanto a forma de distribuição deste conteúdo continuará a mudar em função das tecnologias disponíveis, uma coisa permanecerá constante – a necessidade de um projeto de treinamento de qualidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A sexualidade humana é uma das mais importantes e complexas dimensões da condição humana. Sua compreensão envolve controvérsias e diferentes posições religiosas, morais, políticas e sociais. Sua abordagem fundamenta-se numa visão histórica, construída num tempo e num espaço, entrelaçada pela cultura”. (COSTA, 2001, p. 114)

Mas o que fazer com a sexualidade que esta se manifesta na escola? Quem pode e quem deve falar sobre sexualidade no espaço escolar? O que diferencia a intervenção da escola da intervenção da mídia, seja ela impressa ou eletrônica? Não há como sustentar a neutralidade da escola no que se refere à construção da sexualidade.

É necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade humana com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. O professor deve, então, entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade humana e suas diferentes abordagens, preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática, constituindo-se, portanto, num espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos neste trabalho.

Ao atuar como um profissional, a quem compete conduzir o processo de reflexão que possibilitará ao aluno autonomia para eleger seus valores, tomar posições e ampliar seu universo de conhecimentos, o educador deve ter discernimento para não transmitir seus valores, crenças e opiniões como sendo princípios ou verdades absolutas. Ele, assim como o aluno, possui expressão própria de sua sexualidade que se traduz em valores, crenças, opiniões e sentimentos particulares. O trabalho coletivo da equipe escolar, definindo princípios educativos, em muito ajudará cada educador em particular nessa tarefa.

Para um bom trabalho de Sexualidade Humana na escola, é necessário que se estabeleça uma relação de confiança entre alunos e professor. Para isso, o educador deve se mostrar disponível para conversar a respeito das questões apresentadas, não emitir juízo de valor sobre as colocações feitas pelos alunos e

Nesta perspectiva é que este curso de sexualidade humana através do EAD – *e-learning*, foi proposto, pois dispõe de módulos, ferramentas, oficinas, *designs* que farão deste um curso único sobre o ensino da sexualidade humana *on line*.

manipular de acordo com suas características e ritmos, definindo caminhos a ser trilhados. O ambiente virtual de aprendizagem é um cenário que envolve interfaces instrucionais para a interação de alunos. Inclui ferramentas para atuação autônoma e automonitorada, oferecendo recursos para aprendizagem coletiva e individual. O foco desse ambiente é a aprendizagem. Ele precisa oferecer situações para que os alunos registrem suas anotações, resoluções, dificuldades, perguntas, enfim, sua caminhada na busca de novas idéias e descobertas. (VIEIRA, M. e ANDRADE, N, 1999)

Para KNOX: “em uma aula virtual existem dois elementos essenciais: um *web site* (ambiente) e algumas ferramentas de discussão, onde a maior parte do ensino aprendizagem ocorrem”. (2001, p.1)

4.4 ANÁLISE GERAL

Vivemos, sem dúvida, novos “desafios de mudança”, originada pela evolução e difusão das tecnologias de informação e comunicação. Não se pode negar a forte influência que estes meios imprimem na sociedade, desde a forma como se trabalha, ou como se seleciona os tempos de lazer, até a forma como uns relacionam-se com os outros e toma-se conhecimento das informações que se produzem num mundo sem fronteiras.

É necessário que os profissionais da educação, interessados na temática proposta, repensem o processo educativo, promovendo uma reflexão sobre o papel do professor – detentor do saber - dentro do contexto do novo paradigma educacional. A Educação não é mais insensível a este novo meio de comunicação global. Os educadores não podem ficar à margem desta “novidade”. Eles precisam conhecer a organização deste curso, modo de usar e os recursos aí disponíveis, para que dele possam tirar partido em benefício de suas práticas letivas.

Surge então um desafio: implementar um novo ambiente de ensino de sexualidade humana, no qual o aluno estará ditando o andamento de seu aprendizado. Para que isso se torne realidade, é necessário tornar o conteúdo altamente dinâmico e destinar-lhe a posição de destaque. Num sistema interativo bem desenhado, deixa o aluno concentrado apenas no trabalho, na exploração e no prazer de aprender.

Assim como um docente de prática de ensino, de um Centro de Educação, dá condições ao aluno para a realização do processo ensino-aprendizagem, um sistema de ferramentas para a criação de um curso *on line* responde às necessidades dos usuários, principalmente o usuário inicial, o criador do curso, o professor/tutor, e do usuário final, o aluno (profissionais da educação com interesse na área da Sexualidade Humana).

Do ponto de vista do professor, as ferramentas devem ajudá-lo a expor, através desse novo método, os conteúdos da disciplina, garantindo a realização das atividades educacionais e a comunicação assíncrona com os alunos.

Do ponto de vista do aluno, elas permitem que este tenha acesso ao curso de qualquer lugar onde tenha conexão com a Internet, rompendo, assim, com as barreiras de tempo da distância, além de permitir o acesso a materiais disponíveis no curso, debates, comunicação com o professor e outros alunos, agendar compromissos, entre outras funções. (RUGGIERO, W.V. e GONZALEZ, L.A.G., 1999)

Reconhece-se que o processo de organização de qualquer curso *on line* tem que priorizar primeiro o pedagógico e depois o tecnológico. “A tecnologia se coloca a serviço da didática – desenho do ambiente deve ser pensado a partir dos princípios pedagógicos do EAD”. (VIEIRA, F. e ANDRADE, N., 1999)

4.3 FORMATO DAS MÍDIAS UTILIZADAS

Neste curso uma ampla variedade de mídias será utilizada. A maioria dos arquivos é visualizada pelo *browser*, como por exemplo: arquivos padrão *Microsoft Office* como documentos do *Microsoft Word* e apresentações *Microsoft Power Point* serão abertos pelo navegador.

Os arquivos que normalmente os *browser* não reconhecerem, ou seja, arquivos de animação, vídeo e áudio são visualizados através de seu respectivo *plug-in*. Por exemplo: arquivos no formato PDF serão abertos pelo programa *Adobe Acrobat Reader*. (RODRIGUES, G. 2002, p. 76)

O objetivo deste curso de capacitação/formação é propiciar um ambiente rico em interação e colaboração para que os alunos possam construir conhecimentos sobre a Sexualidade Humana usando novas tecnologias na sua prática pedagógica. O modelo a ser criado tem que ser flexível para o aluno/professor possa interagir e



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

COLÉGIO DE APLICAÇÃO



Figura 4

- ? Textos
- ? *Sites* Interessantes
- ? Curiosidades
- ? Vídeos
- ? Observações

ESPAÇO COM VIVÊNCIA - contém materiais que visam desencadear reflexões e discussões entre os participantes, ao longo do curso. Ferramenta que permite a organização de outras ferramentas como:

- ? Perguntas Freqüentes – relaciona-se às perguntas realizadas com maior freqüência durante o curso e suas respectivas propostas;
- ? Fórum – acesso a tópicos em discussão em um determinado momento do curso;
- ? *Chat* ou Bate-papo – permite uma conversa em tempo-real entre alunos/alunos e professor/alunos;
- ? Correio – sistema de correio eletrônico interno;
- ? Grupos – permite aos integrantes criar e gerar grupos de alunos para facilitar a distribuição de tarefas;

APOIO - ferramenta que oferece os meios para que os alunos possam fazer consultas e copiar textos;

- ? Bibliografia – são as referências bibliográficas;
- ? Webliografias – indicação de referências externas ao *site* do curso;
- ? *Download* – possibilita que o aluno veja uma lista de todos os arquivos que compõem os conteúdos dos módulos e faça a transferência para seu computador.
- ? Anotações – onde aluno registrar suas observações ou apontamentos.

o AJUDA

- ? Mapa do *site*
- ? Fale com o professor
- ? Busca

ADMINISTRAÇÃO - restrita ao professor, monitor e administrador. Nesta ferramenta se faz todo o gerenciamento do curso (ferramentas utilizadas, inscrição dos alunos, inserção de materiais, anexos de arquivos, entre outros)

- ◇ Desenvolvimento (estratégias e Mídias utilizadas no Módulo)
- ◇ Atividades interativas: estabelece as dinâmicas interativas que exploram melhor cada conteúdo proposto, através de animações usando a tecnologia *flash* e vídeo *chat*
- ◇ Atividades: apresenta outras atividades a serem realizadas durante o curso. Por exemplo: ler um texto para discuti-lo no fórum;
- ◇ Material Necessário
- ◇ Auto-avaliação
- ◇ Para Saber mais: apresenta artigos relacionados à temática do curso e algumas sugestões de revistas, jornais, *links* para *sites* relacionados;
- ◇ Referências Bibliográficas da Unidade

Recursos do Ambiente: Barra de Ferramentas

FIQUE POR DENTRO

- ? Agenda– página com quadro de avisos, notícias do curso;
- ? Contatos – página com grupos ou pessoas *on line/off line*
- ? Mural – disponibiliza um espaço reservado para todos os participantes do curso colocarem informações, recados ;

PERFIL - utilizada para que cada participante possa preencher seus dados pessoais e profissionais, permitindo um maior interação entre eles. Facilita, também, a criação de grupos de estudo. Além da descrição textual, eles poderão incluir suas fotos.

- ? Dados Pessoais
- ? Minhas Fotos
- ? Mais detalhes sobre mim

MATERIAL DE APOIO - apresenta informações úteis relacionadas à temática do curso, subsidiando o desenvolvimento das atividades propostas.

↳ **Design Educacional**

Consiste na modelagem da arquitetura pedagógica do ambiente, que é baseada no “plano de ensino” da disciplina e nos pressupostos pedagógicos que servirão de fundamentação para a criação do ambiente. (FRANCIOSI, B et al, 2001)

Página de entrada do curso:

Na parte esquerda estão as ferramentas de Navegação do Curso, que é uma grade que conterà o curso propriamente dito. Farão parte desta grade as seguintes ferramentas:

√ **Curso**

- ↳ Mensagem aos alunos: mensagem de boas vindas
- ↳ Área de Conhecimento: Sexualidade Humana
- ↳ Objetivos do Curso: Geral e específicos
- ↳ Perfil do Professor/Tutor: constará o nome, a formação e o e-mail para contato
- ↳ Autenticação de Acesso ao Curso: Sempre que os atores entrarem no ambiente do curso, esta autorização será solicitada
- ↳ Dinâmica do Curso – refere-se à metodologia utilizada;

√ **Módulos:**

- ◇ Título do Módulo
- ◇ Tempo necessário para o desenvolvimento do respectivo Módulo
- ◇ Unidades de Conteúdo
- ◇ Introdução
- ◇ Objetivos específicos

gerenciamento de sua própria aprendizagem precisando, para isso, interagir com seus pares.

→ **Atores** – são as pessoas que interagem com o ambiente. São elas:

- Administrador – é a pessoa que tem acesso à página da administração do ambiente e é responsável por todo o gerenciamento do servidor;
- Professor/Tutor – é o agente responsável pelo preparo do material e do conteúdo para o curso e, também, pelo acompanhamento do mesmo. Ele não é apenas o organizador do processo de aprendizagem, ou seja, ele é o mediador das ações dos alunos. Assim, ele provoca e propicia as atividades dos alunos permitindo, a este, realizar a ação de análise e reflexão crítica;
- Aluno/Aprendiz - é aquele que vai participar diretamente do processo de ensino-aprendizagem, a quem se destina o produto final do curso. Ele executa tarefas desde a leitura do conteúdo, pesquisa, atividades e a participação em fóruns de discussão e grupos;
- Monitor – exerce um papel de suporte e instrumentalização no uso dos recursos e ferramentas, auxiliando tanto o professor, na preparação prévia do curso, quanto ao aluno durante a realização deste.

Os atores poderão, através de um computador conectado à Internet, acessar o ambiente. Logo que entrar ele passa à Autenticação do usuário e, a partir daí, dada às restrições (suas limitações de acesso) pode ir para outras partes do curso.

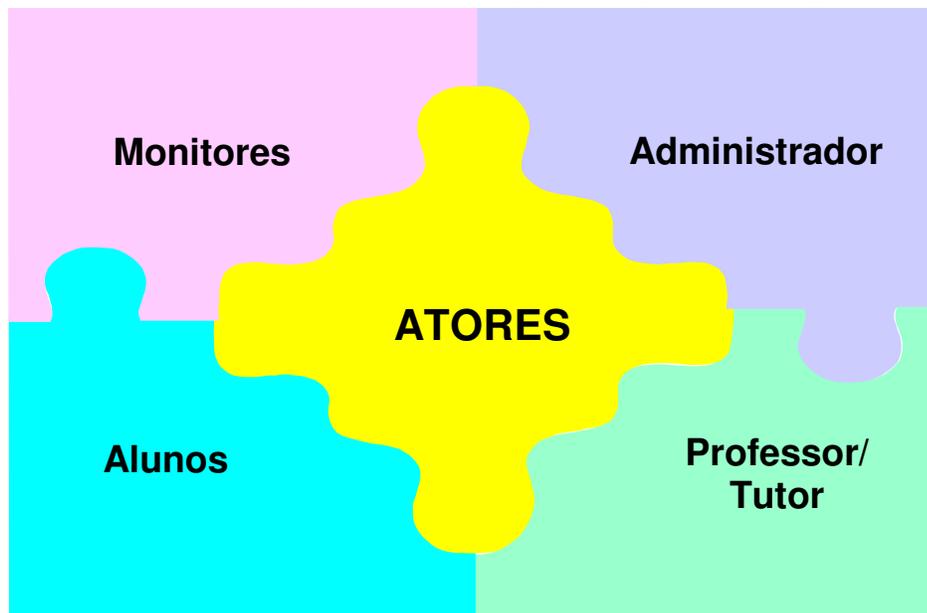


Figura 3

Os cursos através de *e-learning*, abrangendo qualquer que seja o tema, não podem ser meras adaptações dos conteúdos ministrados em cursos presenciais. Textos longos e difíceis para ler devem ser transformados em unidades menores de conteúdo para facilitar a aprendizagem e estimular o aluno. É por isso que este curso oferece como metodologia, as oficinas, que tratam de questões relacionadas à sexualidade humana, com uso de dinâmicas, fóruns, *chats* entre outras. Trabalhar com oficinas *on line* deixa clara a intenção de “construção”, essa construção de um conhecimento que se dá tanto com os professores como com os participantes das oficinas deste curso.

Quanto a sua escalabilidade, este curso ter um grande número de participantes, pois isto é permitido pelo *e-learning*. Propõe-se que para cada 100 (cem) alunos participantes se tenha 05 (cinco) monitores, perfazendo um total de 25 (vinte e cinco) alunos para cada monitor.

O curso propõe momentos presenciais no término de cada módulo para que se faça um *feed back* e avaliação de cada um. Como são seis módulos, seriam seis encontros presenciais.

4.2 ESTRUTURA DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

A expressão ambiente virtual de aprendizagem está relacionada à programação de condições de aprendizagem, enriquecidas com recursos da informática para estimular a aprendizagem por meio da construção dos conceitos e da interação do aluno com o professor, com os outros alunos, com os recursos utilizados e com o objeto de conhecimento.

A busca de uma estrutura de um ambiente que proporcione as condições necessárias ao desenvolvimento de novos conhecimentos profissionais é o que surge como desafio a partir dessa etapa. Esse ambiente precisa contribuir para o enriquecimento do processo educativo como gerador de interações e não só como indicador de caminhos. Deverá privilegiar o debate, sugerir inovações, apresentar tecnologias que possam influir positivamente no processo educativo e favorecer a tomada de novas abordagens pedagógicas. Ressalte-se a adequação de um modelo onde o aprendiz, como centro do processo, tem o poder de tomada de decisões,

4. MODELAGEM DE UM AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

Ambientes de aprendizagem precisam oferecer situações para que os alunos registrem suas anotações, resoluções, dificuldades, perguntas, enfim definindo sua caminhada na busca de novas idéias e descobertas

No estudo da educação a distância não se pode e nem se deve reproduzir modelo presencial nessa modalidade de educação, uma vez que o EAD tem suas peculiaridades próprias, portanto exigindo que o canal usado atenda a suas especificidades. Assim ao utilizar a Internet para conduzir as mensagens aos usuários, a mesma constitui-se em um ambiente de aprendizagem

O conceito "ambiente de aprendizagem" prioriza a idéia de "lugar" ou "espaço" onde ocorre a aprendizagem, isto é, pressupõe a presença de uma série de atividades e recursos nos quais o aluno utiliza ferramentas, coleta e interpreta informações, recebe orientações e suporte e, muitas vezes, interage com outras pessoas, explorando e buscando atingir suas metas de aprendizagem, exercendo sua autonomia e responsabilidade na construção de seu próprio conhecimento. (STRUCHINER, 1998)

4.1 CARACTERÍSTICAS DO CURSO *ON LINE*

Com o avanço da Internet, o *e-learning* ganhou força porque foi possível ter uma série de ferramentas que auxiliaram professores e alunos como *chats* e *e-mails*, por exemplo. O *e-learning* tem uma escalabilidade muito maior do que o ensino presencial, que exige que todos estejam presentes no mesmo local e no mesmo momento.

Num projeto de EAD, todos atores envolvidos (professor, aluno, designer, administrador) têm que estar preparados e atentos para o que será apresentado ao aluno, numa estrutura de fácil compreensão e com objetivos concretos. No que diz respeito aos cursos *on line*, relacionados à Sexualidade Humana, com o objetivo de capacitar profissionais da educação, não há nenhuma indicação ou literatura, para esta abordagem. Há, sim, cursos de informação sobre assuntos relacionados à temática sexual, porém, observou-se uma carência na clareza dessas informações contidas nos mesmos, para que os educadores interessados na área, efetivamente pudessem trabalhar em sua sala de aula com seus respectivos alunos.

Ferramenta: *chat* ou bate papo e *e-group*, *news group* ou grupo de discussão

Chat: recurso utilizado para criar um canal de comunicação entre os participantes do curso para discussões gerais com grupos de alunos. Hoje em dia alguns programas permitem a criação de um quadro em que se pode desenhar ou mostrar arquivos de imagens, além da janela de texto.

Grupo de Discussão: são ferramentas mantidas em um servidor de internet e que permitem discussões separadas por assunto dentro do qual os usuários podem enviar e ler mensagens. Para acompanhar as discussões o usuário precisa acessar o provedor de grupos de discussão.

Os jogos são ferramentas de apoio na aprendizagem. Eles melhoram a motivação e a percepção do aluno. Os alunos tanto podem “construir” seus jogos, de acordo com o assunto desenvolvido, como fazer parte do jogo instruído pelo professor.

A metodologia usada nestes jogos, segundo SHANK, R, está voltada para que o aluno construa o seu conhecimento e se sinta motivado a aprender. Com isto, o aluno pode sentir a aplicação do conteúdo aprendido.

Exemplo de jogos prontos pra serem usados em Sexualidade Humana:

- O Jogo do Corpo – é um material educativo desenvolvido pelo Instituto Kaplan, São Paulo,
- ZIG-ZAIDS - Salamandra, RJ
- Jogo Aberto – IDAC/UERJ
- Ludi sex – Cynthia Elizário e Valéria T. Rabelo. Editora Lê

Porém podemos pedir para os alunos construírem seus próprios jogos, como por exemplo: Jogo do baralho, Labirinto, Discordo e Concordo, Caça –palavras, entre outros.

Segundo MARTINS (2002, p.1):

“...em nosso cotidiano utilizamos várias formas de jogo: o dos sentidos, em que a curiosidade nos leva ao conhecimento; os jogos corporais expressos na dança das cerimônias e rituais de certos povos; o jogo das cores, da forma e dos sons, presente na arte dos imortais; o jogo do olhar. Enfim, ele está aí, fazendo arte de nossas vidas. A intensidade do poder do jogo é tão grande que nenhuma ciência conseguiu explicar a fascinação que ele exerce sobre as pessoas”.

Módulo 6: A ditadura do Corpo Perfeito: os mitos e a realidade

Objetivos: proporcionar o conhecimento da influência das revistas nos padrões de beleza; reconhecer mitos e tabus da sexualidade; trabalhar as diferenças.

◆ Unidades de conteúdo:

1. Influências das revistas nos padrões de beleza
2. Mitos e tabus: vivência da sexualidade
3. Trabalhando as diferenças: rótulos e discriminação
4. Estudo de caso

1.1.2 – O caminho do espermatozóide

1.1.3 – Do ovo ao embrião: a transformação

2. Aborto

3. Métodos Contraceptivos

3.1 – Tipos de métodos contraceptivos

3.2 – Métodos definitivos

Ferramentas: Oficinas de Aprendizagem, Fórum de discussão, FAQ

O fórum é um espaço do curso *on line* para discutir assuntos. Funciona da seguinte forma: um tema é proposto e colocado no ar, visível para todos os alunos. Cada um escreve seu comentário e envia para o *site* (haverá formulário próprio para isso na tela do fórum). Esses comentários ficarão disponíveis para todos os participantes; portanto, o participante poderá ler não só sua opinião, mas também a de outros alunos, como se estivesse discutindo o assunto em sala de aula. Periodicamente, o professor responsável por aquele tema consultará o fórum, lerá o que foi escrito pelos alunos e registrará sua orientação sobre o assunto, propondo novos rumos para a discussão e esclarecendo pontos.

FAQ: com o objetivo de informar sobre os aspectos teóricos referentes ao curso. Esta lista tem como finalidade reduzir o tempo que o professor utiliza com esclarecimentos, e evitar que a resposta seja dada a apenas um aluno, socializando para todos os alunos.

Módulo 5: O exercício da sexualidade: entre a saúde e a doença

Objetivos: conhecer quais são e o que são as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e prevenir o contágio das mesmas; entender sobre a história da AIDS e saber como se contrai e sua prevenção.

◆ Unidades de conteúdo:

1. DSTs: O que são? Quais são?

2. AIDS: Histórico; Grupo de risco e Prevenção

Ferramenta: Jogos Educativos, FAQ

Módulo 3: Corpo: matriz da sexualidade

Objetivos: identificar as funções e os órgãos que fazem parte dos aparelhos reprodutores feminino e masculino.

◆ Unidades de conteúdo:

1. – Determinismo sexual
2. – O desenvolvimento fetal
3. – Anatomia e fisiologia sexual masculina
 - 3.1 – Tipos de pênis
 - 3.2 – Fisiologia da ereção
4. – Anatomia e fisiologia sexual feminina
5. - Links indicados para consulta

Ferramenta: *e-list* ou lista de discussão

É um sistema de discussões classificado por assuntos pré-determinados, em que um computador gerencia o envio e recebimento de mensagens para uma lista de e-mails (*mailling lists*).

O usuário precisa se inscrever e, então, passará a receber as mensagens em sua caixa postal.

Módulo 4: Compartilhando responsabilidades

Objetivos: conhecer as causas e efeitos de uma gravidez na adolescência; ter noções do desenvolvimento de um feto; saber como ocorre a fecundação; trabalhar as conseqüências de um aborto; identificar os métodos contraceptivos, assim como as vantagens e desvantagens de cada um deles.

◆ Unidades de conteúdo:

1. Gravidez
 - 1.1 - A fertilização
 - 1.1.1 – O caminho do óvulo

oportunidade de conhecer as etapas de uma pesquisa e de realizá-las partindo das sugestões oferecidas e com auxílio de textos, vídeos, ilustrações e *links* disponibilizados.

A oficina constitui-se em ação teórico-prática, centrada no saber-fazer, como uma síntese do saber. Visa consolidar competências múltiplas para a construção de ambientes de aprendizagem que promovam o conhecimento no ambiente virtual, sob a ótica da autonomia e interatividade, cooperatividade, cognição e metacognição.

Quando criamos oficinas, primeiramente temos que conhecer a real necessidade dos solicitantes e proporcionar aos mesmos uma idéia do que realmente vai ser oferecido.

Os recursos que serão utilizados vão desde música, brinquedos, jogos, desenho, dramatização, filmes, textos, montagem de material didático, linha da vida (reencontro com fases da vida que são as lembranças da infância, da adolescência e, no caso de trabalhar-se com adultos, da vida adulta) entre outras atividades.

As oficinas oferecem, para os participantes uma resposta às necessidades lúdicas escassas em diversos ambientes, com o objetivo primeiro de integrar o grupo. Nota-se a dificuldade que alguns educadores apresentam em relação a não terem algum tipo de estratégia ou técnica que possa tornar o encontro com seus alunos mais “leve” e atrativo. Este fato reforçou a idéia de criar uma ferramenta prática e objetiva que pudesse colaborar com a solução dessa problemática, aumentando a integração e interesse dos participantes do grupo.

As práticas com oficinas, principalmente as de Sexualidade Humana, representam um reflexo de vivências em cursos e encontros, pesquisas, adaptações e criações próprias, as quais foram testadas em grupos de vários segmentos (alunos e professores), permitindo uma apresentação bem didática e de fácil aplicabilidade.

Essas oficinas foram selecionadas, preparadas e ordenadas de forma que quem for o “coordenador” (ou facilitador) possa ter uma larga liberdade de escolha para aplica-las e permitir um *feedback* a todo instante.

A visão crítica é acima de tudo, o caminho para obter um bom desempenho na aplicação desta estratégia de aprender, que é a oficina.

Na opinião da autora, comunidades que focam o e-learning, devem possuir estas mesmas características.

Uma razão para considerar a construção de comunidades como estratégia de e-learning, é a de criar e estruturar oportunidades para que as pessoas interajam, se comuniquem e aprendam uns com os outros, podendo ajudar a capturar, formalizar e difundir o conhecimento.

Estas comunidades promovem colaboração virtual que é focada em um tópico específico, no caso a sexualidade humana, e são sustentadas por uma ou mais ferramentas e e-learning e de mídia *on line*.

Através da integração via webconferência, *streaming* vídeo, apresentações de *Power-point* e discussões facilitadas, se torna possível enviar uma conferência completamente *on line*, o que permite que os alunos recebam o conteúdo do professor, façam perguntas, interajam entre si e obtenham recursos e informações práticas, (KAPLAN, S.)

Módulo 2: A pessoa em construção

Objetivos: descrever os estágios do desenvolvimento infantil; compreender as manifestações sexuais das crianças; incentivar a busca de informações que contribuam para o esclarecimento e o desenvolvimento da própria sexualidade. Esclarecer sobre algumas situações sobre o relacionamento humano.

◆ Unidades de conteúdo:

1. Corporeidade
2. Sexualidade na Infância
3. Sexualidade na Adolescência
4. Relacionamentos humanos
5. Links indicados para consulta

Ferramenta: Oficinas de Aprendizagem

É uma sala virtual especialmente planejada para os alunos. Nesta sala acontecem as oficinas, que estão inseridas nos módulos, atendendo aos conteúdos propostos. É aqui, também, que o aluno, com a ajuda do professor, tem a

3.6 MÓDULOS E SUAS RESPECTIVAS FERRAMENTAS

Módulo 1: Fatos que fazem a História da Sexualidade e a estória de cada um

Objetivos: construir o conhecimento da Sexualidade Humana, através das diferenças, da história de todos e de cada um; proporcionar uma integração entre os participantes, através do perfil de cada um; diferenciar sexo de sexualidade, mostrando a Sexualidade Humana como energia de comunicação e socialização, ultrapassando o nível da genitalidade e da reprodução; investigar a história da sexualidade inserida no contexto da história da humanidade; provocar reflexões sobre os modelos de conduta específicos e distintos para as pessoas em função do seu sexo, estabelecidos pela sociedade; compreender que a vida é um processo contínuo de desenvolvimento e transformações; responder ao porquê do uso incorreto de certos termos ligados à Sexualidade Humana. Necessidade de preparar o professor para o novo papel no processo de ensino-aprendizagem.

◆ Unidades de conteúdo:

1. Apresentação dos participantes (perfil)
2. Concepções de sexo e sexualidade
3. História da Sexualidade Humana
4. Relações de Gênero
 - 4.1. – O gênero na sociedade
 - 4.2. – A constituição dos papéis de gênero
5. Identificando as fases da vida
6. Apelidos (Gírias)
7. Links indicados para consulta

Ferramentas: Oficinas de aprendizagem, Comunidades *on line*

Segundo KAPLAN, S;

A maioria das comunidades, seja on line ou tradicional, compartilha várias qualidades e características. Por exemplo: as pessoas se mantêm juntas através de normas operacionais e distintas, elas são diferenciadas por seus papéis formais e informais, a confiança deve ser construída para assegurar interações de qualidade, e uma sensação de propósito comum compartilhada serve como cola que segura a comunidade.

Nos ambientes de aprendizagem virtuais, devido à separação física entre os professores e alunos e as dificuldades decorrentes da ausência física do professor, é necessário adotar estratégias específicas. Uma vez que o professor está virtualmente presente, as funções de orientação, motivação, aconselhamento e coordenação do aprendizado terá que ser transferida à interface ou ambiente de interação aluno-professor.

Por isso este trabalho foi elaborado baseando-se em atividades a distância.

O EAD tanto promove a auto-instrução e o individualismo dos alunos, como também é um ambiente propício à colaboração e à interação entre os sujeitos. O e-learning é uma metodologia de aprendizagem e caracteriza-se pelo uso da Internet.

Para participar do curso de capacitação em Sexualidade Humana o aluno faz sua matrícula, recebe, por *e-mail*, uma senha de acesso às áreas restritas nas quais terão o plano de curso, orientações, atividades e materiais específicos, bem como seus próprios *e-mails*, mensagens do professor e dos demais participantes. Além do *e-mail*, o aluno irá interagir com o grupo e com o professor através de listas de discussão, mural eletrônico, fóruns de debate e *chats*. Todos estes recursos contam com tutoriais, que orientam o acesso até para aqueles que não têm experiência. O curso compreende módulos e cada um destes têm atividades específicas, materiais de apoio e tarefas.

O aluno pode utilizar o horário que lhe for mais conveniente, com exceção dos *chats* que serão marcados previamente. O curso contará com atividades presenciais no início de cada módulo.

Para fazer o curso há um pré-requisito como em qualquer curso presencial. Por se tratar de um curso *on line*, o aluno precisa ter acesso diário à Internet para receber e enviar *e-mails* e navegar em páginas da *web*.

A concepção atual de aprendizagem resgata uma mudança de foco, favorecendo um processo social que requer uma interação intensiva entre o professor e o aluno. Ao professor cabe monitorar a participação dos alunos, além de motivar o grupo, levando em conta os objetivos e os seus interesses. Isto implica em criar situações de aprendizagem, efetivar intervenções e rever condutas e habilidades.

que também não se encontram preparados para uma perfeita orientação global a cerca desta temática.

Então como é comum, na maioria dos casos, faz-se vista grossa do assunto e continuamos tendo adolescentes com 12, 13 anos de idade grávidas nas escolas, muitas vezes pelo seu namorado de colégio, que, em geral, é um rapaz de classe mais adiantada. Na maioria das vezes os adolescentes têm relações sexuais não porque realmente desejam, mas para provar aos seus amigos que eles são capazes e que no grupo de meninas é uma prova de maturidade., crescimento e uma forma de não perder o namorado , que em geral usa de chantagem com ela.

O presente trabalho visa orientar os profissionais da educação a ajudar seus alunos em seu desenvolvimento, fazendo com que eles tenham consciência de sua liberdade de escolha, aprendam que são responsáveis pela sua sexualidade e que todo ato sexual tem conseqüências.

Há algumas diferenças que podem ser notadas entre as aulas presenciais e as aulas mediadas pela tecnologia, em sexualidade humana.

Em aulas presenciais o professor é o centro do processo ensino-aprendizagem, pois ele expõe durante a maior parte do tempo ou todo tempo. Já nas aulas a distância, o aluno é o centro deste processo e é atendido pelo professor, levando-o a falar (ou atuar/interagir) a maior parte do tempo.

O professor desempenha funções pouco dispersas, claramente estipuladas, nas aulas presenciais, enquanto que à distância, ele realiza múltiplas funções como: docente, orientador e facilitador.

Ele assume que, nas aulas presenciais, os alunos sabem estudar e não desenvolve atividades dirigidas a ensina-los a estudar, enquanto nas aulas a distância assume que os alunos necessitam aprender a estudar por si mesmos, sozinhos e os ajuda nisto.

Nas aulas presenciais o professor trabalha com grupos grandes e estimula a colaboração através de atividades e, laboratórios, enquanto nas aulas a distância 'importante o planejamento dos encontros via *chat* a fim de possibilitar a interação direta do aluno e professor. Ferramentas de comunicação são também usadas para anunciar assuntos ou discussões gerais para o grupo de alunos, obtendo um *feedback* dos alunos.(MEJÍA, apud LANDIN, 1997, 127-128)

aprendiz verifique se o seu desempenho atingiu as expectativas, caso não, o aprendiz deve ter a liberdade para voltar a utilizar-se do objeto quantas vezes julgar necessário.

A modalidade de ensino a distância, hoje facilitada pelos recursos de comunicação oferecidas pela Internet, ainda se torna mais atraente na medida em que a necessidade de construção de ambientes e ferramentas que viabilizem o EAD através da Internet traz a oportunidade de repensarmos os paradigmas educacionais que vêm sendo utilizados na educação formal convencional, questão fundamental de qualquer projeto pedagógico de inovação tecnológica. Assim, conseguir implementar um ambiente virtual que favoreça a participação ativa do aluno no seu processo de aprendizagem, a troca de idéias e experiências entre os participantes, torne possível a discussão em grupo e o trabalho cooperativo. As tecnologias, como ressalta Jonassen (1996), só mudarão a natureza das atividades educacionais se dirigidas por mudanças fundamentais nas concepções e métodos de ensino-aprendizagem.

3.5 ESTRATÉGIA DE ENSINO DE SEXUALIDADE HUMANA EM *E-LEARNING*

É comum encontrarmos adolescentes praticando sua sexualidade de forma imatura, pois não estão preparados para uma vivência sexual sadia. Entende-se que não há um local específico para que eles tirem suas dúvidas nas questões sexuais e acabam procurando informações errôneas nas ruas ou com outros amigos também não informados.

A responsabilidade desta educação sexual, na verdade, caberia aos pais, mas como eles também não tiveram uma educação sexual correta e bem orientada, não sabem o que fazer quando seus(suas) filhos(as) apresentam um comportamento sexual ativo ou fazem perguntas sobre o tema. Costumam, então, fingir que nada está acontecendo e desconversam.

Em segundo plano, vem a responsabilidade imposta às escolas, pois os responsáveis delegam toda a educação sexual de seus filhos às escolas onde estudam. O maior problema é que nas escolas também não há preparo de professores nem educadores sexuais treinados para cuidar desta questão. A maioria dos educadores ministra aulas de sexualidade humana são professores de Biologia,

Um outro elemento a ser considerado num ambiente de aprendizagem é o objeto de aprendizado, “que são entidades digitais que procuram promover a perfeita divulgação e organização da informação em sistemas de EAD veiculados na Internet” (MARTINS, A e BETTIO, R.W. de, 2002)

Segundo SINGH (In MARTINS, A e BETTIO, R.W. de) um objeto de aprendizagem deve ser bem estruturado e dividido em três partes bem definidas:



Figura 2

Objetivos: Esta parte do objeto tem como intenção demonstrar ao aprendiz o que ele poderá aprender a partir do estudo desse objeto, também poderá conter uma lista dos conhecimentos prévios necessários para um bom aproveitamento de todo o conteúdo disponível. Pode ser comparado de uma forma grosseira a ementa de uma disciplina.

Conteúdo Instrucional: Aqui devera ser apresentado todo o material didático necessário para que no termino o aluno possa atingir os objetivos citados no item anterior. Os exemplos citados no subitem 4 dessa pesquisa poderão ser utilizados aqui, assim atenderão a uma das requisições do padrão IMS, como também citado no mesmo subitem, qualquer tipo de mídia poderá ser utilizada.

Prática e *FeedBack*: Uma das características importantes do paradigma objetos de aprendizagem é que a cada final de utilização julga-se necessário que o

O design é um fator primordial na garantia da qualidade de sucesso de um projeto de *e-learning*. Seu potencial é utilizado no desenvolvimento de interfaces e aplicação de conteúdos, com o objetivo de proporcionar um ambiente dinâmico e interativo para a absorção de conhecimento.(LUCENA,B. 2001)

Definido por CAMPOS et. al."O processo de Design Educacional é um ciclo de atividades que, apoiado em uma teoria de aprendizagem, define os objetivos educacionais, as informações que constarão do produto e o modelo de avaliação. A seleção da melhor solução para o modelo é um problema que envolve princípios sócio-culturais do "projetista", fatores externos impostos pelo ambiente e habilidades do aprendiz".(1998 p. 15)

A filosofia construtivista é a que mais influencia no *design* educacional. Nos ambientes construtivistas os aprendizes têm mais responsabilidade sobre o gerenciamento de suas tarefas do que no modelo tradicional. Assim, o papel do professor passa a ser o de orientador ou facilitador.

Conforme CAMPOS,G. "Para pensarmos no planejamento de um ambiente de EAD é importante entender as características de um ambiente de aprendizado construtivista. São elas:

- Apoia as atividades de aprendizagem em tarefas e problemas;
- Propõe problemas realistas, interessantes e relevantes para os alunos;
- Propõe problemas que permitam ao aluno prever o que vai acontecer e testar suas soluções;
- Estimula a colaboração, o diálogo e a negociação no trabalho em grupo;
- Desenvolve atividades em grupo e encoraja múltiplas interpretações".

No mundo inteiro a visão do modelo construtivista no design educacional se torna cada vez mais realizável. Porém, antes que ela possa materializar plenamente na educação, é necessária que as tecnologias sejam percebidas como ferramentas poderosas para enriquecer a aprendizagem e estimular a cognição, ao invés de ser vistas como meros facilitadores para apresentar e calcular dados". (PAAS,L. 2002)

Precisamos, porém, mudar a postura de educadores conversadores que se acomodam aos métodos “tradicionais de aprendizagem” e fazer com que o uso das tecnologias se torne um hábito sadio.

Foi pensando, ou re-pensando, nesta educação, que surgiu a idéia de escrever esta dissertação para tentar unir o lúdico à curiosidade, à descoberta, à criatividade, através do e-learning, para ajudar aos educadores a trabalhar com a sexualidade humana na escola, que é um dos temas transversais que o MEC vem “exigindo” que as escolas abordem.

3.3.2 Objetivos do *E-learning*

- Democratizar o acesso à educação
- Reduzir custos
- Aumentar a autonomia e independência do aprendiz
- Contextualizar o ensino
- Incentivar a educação permanente
- Aplicar recursos tecnológicos e de multimídia para o enriquecimento do aprendizado

3.4 NOVOS MODELOS DE APRENDIZAGEM

A tecnologia vem transformando o modo como vivemos, trabalhamos, pensamos e aprendemos. A evolução das tecnologias de informação pressiona a necessidade de se encontrar modelos de aprendizagem, de conteúdos formativos a populações geograficamente dispersas.

Um modelo de aprendizagem mediado pela tecnologia é centrado no aluno, em suas necessidades, em seus interesses e em seu ritmo de aprendizagem. Portanto, os cursos têm que disponibilizar ambientes ricos de aprendizagem.

O processo de desenvolvimento de um ambiente de aprendizagem é muito mais do que traduzir aulas presenciais para ambientes *web*. Este trabalho inicia-se a partir do design educacional (ou arquitetura pedagógica) dos elementos.

Novas formas de acesso à informação, segundo LÉVY (1999):

FORMAS COGNITIVAS	TECNOLOGIAS INTELECTUAIS
A memória	Banco de dados Hipertextos Fichários digitais
A imaginação	Simulações
A percepção	Sensores digitais Telepresença Realidades virtuais
Os raciocínios	Inteligência artificial Modelização

As pessoas que não acompanham as mudanças desse novo tempo se espantam ao verem que é possível você, num curto espaço de tempo, mandar um e-mail e receber resposta de imediato. A Cibercultura é a configuração de uma nova cultura!

3.3.1 Novos rumos no campo da Educação

Não houve grandes mudanças na forma como os educadores distribuem a educação aos estudantes. As salas de aula continuam retangulares, os alunos sentados uns atrás dos outros, carteiras e cadeiras desconfortáveis, os sinais e horários continuam sendo utilizados como internalização das normas, etc.

Concorda-se com SILVA.M, quando diz que “o educador do século XXI deve construir nas escolas espaços de estudo, discussão e/ou reflexão sobre métodos e técnicas que enfatizam a criatividade, a curiosidade, a exploração, a descoberta, a motivação, a autonomia...”, acrescentaria, ainda, o lúdico, o prazer e a interação, assim como “as abordagens multireferenciais do conhecimento e suas implicações para o fazer pedagógico dos mesmos”.(2001; p. 76)

Com a “massificação” do computador, a escola sentiu, de maneira muito forte, as transformações ocorridas. Ela tem que se adaptar para não se tornar “obsoleta”. O computador veio alterar a capacidade do indivíduo de informar e ser informado.

Os educandos de hoje são da era tecnológica: computador, internet, celular, etc. As novas tecnologias de informação abrem uma nova forma de relacionamento do homem com a máquina.

A internet veio mudar as relações sociais, tornando-se um veículo de sociabilidade, estabelecendo relações humanas e afetivas. Tornou-se mediadora nas relações humanas.

Com essas novas formas de comunicação, as pessoas passaram a “conversar” através dos *chats*, a se corresponderem mais por meio de *e-mails* e passaram a conhecer lugares que nem pensavam em conhecer, navegando pela internet. O homem, através de um mesmo equipamento, trabalha, joga, brinca, se comunica, viaja, conhece novos espaços e expande sua visão.

Ao contrário da filosofia pregada pela “cultura de massa”, o que mais importe hoje é receber/produzir e não receber conhecimentos e informações prontas. Como educadores teremos que “aprender a aprender”.

Uma nova forma de comunicação, uma nova cultura surge com novas palavras, expressões. Todos nós, hoje em dia, já ouvimos falar em relógios digitais, calculadoras eletrônicas, telefone celular, microcomputadores, fibra ótica... Mas muitas pessoas se surpreendem frente a uma nova linguagem: “plugar”, “clicar”, “deletar”, “navegar”, “linkar”, *mouse, modem, site, homepage, e-mail*.(SILVA, 2001)

Em seu livro *Cibercultura*, LÉVY, P. fala em “ciberespaço”, que também chama de “rede” e o define como sendo um “novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores”, e “cibercultura” o autor especifica como o “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p.17). Segundo o mesmo autor: “tecnologias intelectuais se ampliam, exteriorizam e alteram muitas funções cognitivas humanas, as quais favorecem novas formas de acesso à informação”.

Com o *e-learning* é possível realizar cursos e treinamento à distância através da internet, agregando uma série de recursos tecnológicos que permitem aos usuários fácil e rápido acesso a informações, documentos e conteúdos de alta interatividade como *chats*, mensagens instantâneas, *e-mails*, grupos de discussão e conferências.

A necessidade de comunicação *on line* faz com que, constantemente, sejam desenvolvidas novas soluções tecnológicas para encontros e discussões via internet. A era moderna inaugurou, de certa forma, um tempo de otimismo, baseada na certeza do progresso. Pensar a modernidade é pensar numa forma de estruturar uma nova educação para uma nova escola. Uma das características da modernidade é a que transforma o sujeito em indivíduo, construindo o homem histórico. O educador sai da posição de “reprodutor” e passa para uma postura de “transformador de valores sociais”.

Vivemos uma época do presente, da velocidade, de quebra de recordes, de diminuir o espaço e subordiná-lo ao tempo.

Segundo MORAN: “a sociedade ocidental progressivamente identificou conhecimento com abstração, com razão, fruto da leitura, da escrita e do cálculo. A educação formal, apesar de todos os avanços, separa corpo e mente, o sensorial do racional, o lógico do intuitivo, o concreto do abstrato, o visual do impresso”. A educação tem que se adaptar às novas exigências dessa época. As propostas pedagógicas têm que ser direcionadas para uma nova percepção do espaço-tempo. Tem que organizar o tempo e a complexidade de informações.

O educador que utiliza o quadro-negro e o giz para suas aulas está fora da realidade dessa nova era. Concorrer com a mídia faz com que o professor seja muito mais criativo, para que suas aulas tenham atrativos para os alunos. Este, assim com a educação tem uma grande responsabilidade nesse processo acelerado de mudanças, pois “as coisas se transformam frente aos nossos olhos, onde as verdades deixam de ser verdades com a mesma rapidez com que aparecem, onde nós mesmos mudamos e nos transformamos com maior facilidade do que antigamente”.(TIJIBOY, 2001, p. 45)

- Na década de 90, nas universidades brasileiras, a educação a distância teve uma expansão significativa. Porém houve dificuldades na consolidação de cursos superiores a distância devido a falta de legislação a respeito. Com a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), esse quadro vem se alterando. A implantação de programas e cursos a distância vem crescendo nos diversos níveis de ensino (fundamental, médio e superior).
- A partir de 1996 até hoje, várias universidades brasileiras obtiveram credenciamento para desenvolverem cursos superiores de graduação, na modalidade a distância. Entre elas podemos citar: Universidade Federal do Mato Grosso, Universidade Federal do Pará, a Universidade Federal do Paraná, a Universidade Federal do Estado de Santa Catarina e a Universidade Federal de Santa Catarina (por meio do Laboratório de Ensino a Distância – LED)

3.3 *E-LEARNING*: EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO ATRAVÉS DA TECNOLOGIA

O conceito de *e-learning* vai além da aprendizagem através da Internet, pois propicia um ambiente interativo de colaboração, onde o aluno é o principal agente e o professor o facilitador da aprendizagem. Ele engloba muito mais que o treinamento baseado na *web* ou EAD. Ele reflete a tecnologia e a experiência do aprendizado nesta “nova era tecnológica”.

O foco na aprendizagem, o reforço da interação professor-aluno, a inclusão de estratégias de trabalho colaborativo e uma aprendizagem mediada por materiais e estratégias que estimulem os alunos a processar a informação autonomamente e de modo significativo, são os eixos essenciais que autores associam a uma mudança de paradigma pedagógico e que, nesse sentido, parecem enquadrar algumas propostas mais consistentes de *e-learning*. Uma das definições de *e-learning* que talvez melhor reflita esta perspectiva é proposta por Elliot Masie: “*e-learning is the use of network technology to design, deliver, select, administer, and extend LEARNING*”(citado por LEARNFRAME, 2000, p.6).

“*E-learning é o uso das tecnologias da internet para projetar, integrar, selecionar, administrar e estender conhecimento*” (tradução minha).

Tecnológica (SEAT), logo extinta. Atualmente, esse Ministério mantém a Secretaria de Educação a Distância, com a mesma função (SARAIVA, 1996);

→ Um projeto de destaque é o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), que veiculou vários programas educativos em rádio e televisão. O Projeto IRDEB ofereceu, à população da Bahia, vários programas de educação básica e secundária, além de formação de professores. Esses cursos eram organizados pelas secretarias municipais de educação (NISKIER, 1999);

→ O Projeto LOGOS II, desenvolvido com mais ênfase nas décadas de 70 e 80, habilitou mais de 60 mil professores em todo o Brasil, inclusive em Santa Catarina. Estava voltado à habilitação de professores leigos para atuarem nas primeiras séries do 1º grau, nível atualmente designado como ensino fundamental e foi substituído pelo Programa de Valorização do Magistério, que está praticamente desativado (CETEB, 1984);

→ A televisão também faz parte de programas voltados à formação de professores. Uma das mais importantes experiências de formação de professores, usando a televisão, é o Projeto TV Escola, do MEC, o qual visa à atualização de professores e apoio à sala de aula. A série educativa “Salto para o Futuro” foi implantada na década de 90 e veiculada através de emissoras de televisão educativas, cujo objetivo era contemplar a formação de profissionais do magistério, apresentando em sua composição programas pré-gravados em vídeo, complementados por texto impresso e com parte ao vivo.

→ Atualmente, professores leigos que atuam de primeira a quarta série, classes de alfabetização e pré-escola contam com a EAD para sua formação. É o PROFORMAÇÃO! Esse projeto é desenvolvido pelo MEC, através da Secretaria de Educação a Distância, e tem como objetivo habilitar professores em nível de ensino médio. Teve início em 22 de fevereiro de 1996, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e, neste momento, está tendo prosseguimento em vários Estados brasileiros, como por exemplo, na Bahia, em Santa Catarina, entre outros. Prevê um curso com duração de dois anos. Combinando momentos a distância com momentos presenciais, oferece tutoria, material impresso e vídeos veiculados pela TV Escola.

→ Na história brasileira da educação superior a distância, uma das primeiras experiências ocorreu na Universidade de Brasília, em meados da década de 70, quando foram desenvolvidos cursos na área de ciências políticas.

A 3ª geração (a partir dos anos 90 até os dias de hoje) agrega às anteriores todos os recursos da informática e das telecomunicações, utilizados até então na EAD. Podemos citar como exemplo desta geração:

- ↪ Lançamento dos primeiros Ambientes Virtuais de Aprendizagem por internet, no Brasil (1995);
- ↪ Criação do Laboratório de EAD, na UFSC, vinculado ao Programa de Engenharia de Produção (1995);
- ↪ A UDESC, através do Núcleo de Educação a Distância, oferece o Curso de Pedagogia a Distância (1999);
- ↪ As universidades comunitárias do Rio Grande do Sul associam-se num projeto de cooperação para a criação de uma universidade virtual (2000);
- ↪ Criação da Universidade Virtual Euromediterrânea (2000).

Alguns registros de EAD no Brasil

Desde sua fase pioneira até o momento, algumas iniciativas tiveram sucesso e outras não. Esta modalidade educativa, embora ainda não seja uma tradição, já se faz presente no processo educacional brasileiro, tanto em instituições públicas quanto privadas.

Como marco inicial tem-se a criação por Roquete-Pinto, entre 1922 a 1925, da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, cujo objetivo era o de utilizar o rádio como forma de ampliação ao acesso à educação. (UDESC, 2001)

A seguir, algumas datas e fatos interessantes da EAD, no Brasil:

- ↪ A Marinha e o Exército brasileiros utilizaram-se da EAD para preparar e admitir oficiais na escola de Comando do Estado Maior, utilizando, basicamente, material impresso, via correspondência (SARAIVA, 1966);
- ↪ O Instituto Universal Brasileiro, instituído como entidade livre, com sede em São Paulo e filiais no Rio de Janeiro, oferece cursos por correspondência, utilizando material impresso, em 1941 (Ibidem, 1996);
- ↪ É criado o Programa Nacional de Teleducação (Prontel) no Ministério da Educação e Cultura, ao qual cabia coordenar e apoiar a educação a distância no país, durante a década de 60. mais tarde, é substituído pela Secretaria de Aplicação

momentos como sendo a primeira experiência em EAD. Porém todos são considerados como importantes marcos iniciais para a propagação desta modalidade de ensino.

Nesta 1ª geração várias experiências aconteceram, como por exemplo:

- Professores rurais do curso primário começaram a receber material de educação secundária pelo correio, em Vitória, Austrália (1910);
- Na antiga URSS, implantou-se o sistema por correspondência (1920);
- No Canadá, cidade de Victória, realizou-se a primeira Conferência Internacional sobre a Educação por Correspondência (1938);
- Foi criado o Centro Nacional de EAD na França, que, em princípio, atendia, por correspondência, crianças refugiadas de guerra (1939);
- A Universidade dae Sudáfrica (UNISA)- convencional até então- começou a ensinar também por correspondência (1946);
- A Universidade de Sudáfrica, atualmente a única Universidade à Distância na África, dedica-se exclusivamente a desenvolver cursos à distância (1951).

A 2ª geração (até o início dos anos 90) baseia-se na utilização de multimeios, adicionando ao material impresso a TV, o rádio, a telefonia e as fitas de áudio e vídeo.

Apesar de se ter registros anteriores de iniciativas com este modelo, como no Brasil, por exemplo, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923, que transmitia programas educacionais, foi nos anos 60 que se efetivou as maiores experiências com esses novos modelos. Por exemplo:

- Fundou-se a Beijing Television College, na China (1960);
- Iniciou-se, na Espanha, uma experiência de Bacharelado Radiofônico (1962);
- O Centro Nacional de Ensino Médio por Rádio e Televisão da Espanha (1963), transformou-se no Instituto Nacional de Ensino Médio à Distância (INEMAD) (1968);
- Foi criada a *British Open University*, instituição verdadeiramente pioneira e única do que hoje se entende como educação superior à distância (1969);
- Crio-se, em Madri, Espanha, a *Univerdidad Nacional de Educación a Distancia* (UNED, 1972);
- Foi criada a Universidade Aberta de Israel (1975);
- Portugal criou o Instituto Português de Ensino a Distância que, em 1988, deu origem à Universidade Aberta de Portugal (1988).

aprendizagem, no local e horário que lhe forem mais convenientes; simultaneidade entre o estudo e o trabalho; a possibilidade de acesso à educação por uma ampla população geograficamente distante; comunicação bidirecional; utilização de meios técnicos

3.2 DOS PRIMÓRDIOS À ATUALIDADE DA EAD, NO MUNDO E NO BRASIL

Segundo NUNES, I (1992) “a EAD não surgiu do vácuo (KEEGAN, 1991, p. 11). Ela tem uma longa história de experimentações, sucessos e fracassos. Sua origem recente está nas experiências de educação por correspondência iniciadas no século XVIII e com amplo desenvolvimento a partir dos meados do século XIX”.

No final do século XIX, criou-se a divisão de Ensino por Correspondência no Departamento de Extensão da Universidade de Chicago, que já havia capacitado professores de escolas dominicais com a utilização de correspondência. Na mesma época, Hans Hermond, publicou o primeiro curso por correspondência, inaugurando o famoso Instituto Hermond, na Suécia (1898). Com a evolução dos meios de transporte e de comunicação, aliados ao desenvolvimento tecnológico na área de informática, a EAD consolidou-se gradativamente como modalidade efetiva de formação pessoal ou profissional.

A partir do desenvolvimento tecnológico e de sua utilização na educação, a EAD tem sido classificada como sendo de 1^a, 2^a e 3^a geração.

A 1^a geração (1728 a meados de 1970) surgiu com os estudos por correspondência, nos quais os principais meio de comunicação eram os materiais impressos enviados pelo correio. Esses estudos proporcionavam pouquíssima possibilidade de interação entre o aluno e a instituição produtora, pois esta só se dava nos momentos dos exames previstos.

LANDIM (1997) destaca como primeira experiência em EAD, um anúncio da *Gazeta de Boston*, em 1728, que oferecia “*material para ensino e tutoria por correspondência*”.

Além de LANDIM, outros autores foram pesquisados para embasar o histórico da EAD, tais como: NUNES (1992), ARETIO (1994), PRETI (1996), NETO (1998) e, também, alguns *sites* citados na referência bibliográfica, que apontam outros

refere-se à prática educativa e ao processo de aprender a aprender, a saber pensar, criar, inovar, construir conhecimentos, participar ativamente de seu próprio crescimento. É um processo de humanização que alcança o pessoal e o estrutural, partindo da situação concreta em que se dá a ação educativa numa relação dialógica. De acordo com a autora citada acima, o ensino é mais restrito e a educação é mais abrangente.

A seguir tem-se algumas definições de vários autores:

“O **Ensino à Distância** é o tipo de método de instrução em que as condutas docentes acontecem à parte das discentes, de tal maneira que a comunicação entre o professor e o aluno se possa realizar mediante textos impressos, por meios eletrônicos, mecânicos ou por outras técnicas”.(MOORE, 1972)

“O **Ensino à Distância** é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional, que pode ser massivo e que substitui a interação pessoal, na sala de aula, de professor e aluno, como meio preferencial de ensino, pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e pelo apoio de uma organização e tutoria que propiciam a aprendizagem independente e flexível dos alunos”.(ARETIO, 1994)

“A **Educação a Distância** é uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, decreto nº 2494)

“A **Educação a Distância** é uma estratégia educativa baseada na aplicação da tecnologia à aprendizagem. Sem limitação do lugar, tempo, ocupação ou idade dos alunos. Implica novos papéis para os alunos e para os professores, novas atitudes e novos enfoques metodológicos”.(LLAMAS, 1986)

Diversas características foram observadas, por eminentes autores, a partir dos conceitos de EAD, como por exemplo: ausência física do professor durante o processo de aprendizagem; o aluno estuda de acordo com o seu próprio ritmo de

3. ENSINO OU EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Segundo DESTRO, W:

“Uma iniciativa de aprendizagem organizacional só é considerada como EAD quando envolver os seguintes fatores:

- √ Existem treinandos (gente que aprende) e existem professores (gente que facilita a aprendizagem);
- √ Ambos estão geograficamente separados;
- √ Há comunicação interativa entre treinandos e professores e dos treinandos entre si;
- √ Utiliza-se algum tipo de tecnologia (interface) para facilitar a aprendizagem e mediar a comunicação”.

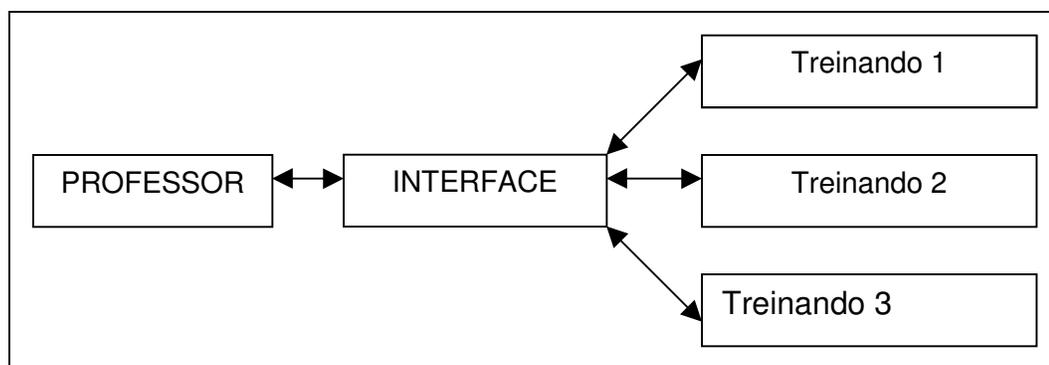


Figura 1 – Representação visual do modelo de EAD

“O **ENSINO A DISTÂNCIA** é anterior a informática. Pode-se dizer que ensino a distância já existia com os cursos de correspondência. As novas tecnologias facilitaram a evolução desta forma de ensino, que passou a ser focado no aluno e não tanto no professor e na instituição. Houve, portanto, uma mudança de paradigma, que implicou em mudanças de ideais e valores. [...] Mais tarde com o aparecimento do áudio, vídeo computador e, CD-ROM, videoconferência houve uma expansão vertiginosa dos métodos de **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**.”(VAZ, M.F.R. e BRESSAN, Graça, 2000. extraído do artigo Padrões Emergentes em Ensino a Distância)

As autoras falam em Ensino a Distância e Educação a Distância. Alguns aspectos conceituais, segundo alguns autores, serão tratados a seguir.

3.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DE EAD

Segundo LANDIM (1997, p. 24) há diferenças conceituais importantes entre os termos educação e ensino. Ensino está mais ligado à instituição, à transmissão de conhecimentos e informações, ao adestramento, ao treinamento. Educação

aprendente maior ou menor acesso ao saber. O seu papel é, fundamentalmente, de facilitador de aprendizagem”. (1997, p.191)

Struchiner comenta que:

as novas tecnologias possibilitam superar modelos tradicionais, mudando o foco da instrução para o processo de aprendizagem, colocando em suas prioridades a adoção de formas inovadoras de relacionamento e interação entre os participantes, que enfatizem a aprendizagem contextualizada, a solução de problemas, a construção de modelos e hipóteses de trabalho e especialmente, o domínio do estudante sobre o seu próprio aprendizado.(1998, p.04)

alunos mais “leve” e atrativo. Este fato reforçou a idéia de criar uma ferramenta prática e objetiva que pudesse colaborar com a solução dessa problemática, aumentando a integração e interesse dos participantes do grupo.

As práticas com oficinas, principalmente as de Sexualidade Humana, representam um reflexo de vivências em cursos e encontros, pesquisas, adaptações e criações próprias, as quais foram testadas em grupos de vários segmentos (alunos e professores), permitindo uma apresentação bem didática e de fácil aplicabilidade.

Para BEDNAR (1992): “o aprendizado é um processo construtivo no qual o aprendiz constrói uma representação interna e individual do conhecimento, uma interpretação pessoal da experiência vivenciada”.

O sistema educacional tradicional, fundamentado em uma teoria behaviorista, passou a se questionar sobre sua forma de preparar os alunos para serem cidadãos da sociedade contemporânea. Fosnot comenta que “o Behaviorismo explica a aprendizagem como um sistema de respostas comportamentais a estímulos físicos”. (1998, p. 25). O enfoque principal é dado ao professor, que se apresenta como o detentor do saber, e ao conteúdo. O aluno é visto como um receptor passivo deste conhecimento, um repositório de informações.

Para Carmo “o Homem contemporâneo tem necessidade de aprender estratégias adaptativas face ao choque cultural provocado pelo ritmo acelerado do processo de mudança que atualmente se verifica”. (1997, p.113)

Com as características de uma educação rígida e controlada, o sistema tradicional apresentou-se ineficaz para atender as demandas atuais e em seu lugar vem sendo adotada gradativamente uma abordagem de aprendizagem mais flexível onde o aluno participa ativamente da aquisição do seu conhecimento, a abordagem construtivista. De acordo com a definição de Fosnot “o Construtivismo é uma teoria psicológica pós-estruturalista que interpreta a aprendizagem como um processo de construção recursivo, interpretativo, realizado por aprendizes ativos que interagem com o mundo físico e social”. (1998, p.47). Carmo acrescenta sobre uma abordagem mais flexível que “o sistema ensinante é um mero medium que possibilita ao

DE	PARA
Aprendizagem como produto	Aprendizagem como processo
Professor dono do conhecimento	Professor como facilitador na procura do conhecimento
Professor só ensina	Professor ensina e aprende
Informática apenas como mais uma ferramenta	Informática como fonte de transformação
Aquisição de conhecimentos “certos” e definidos	Aprender a aprender conhecimento sujeito a mudanças
Autoritarismo de quem sabe	Encorajamento da discordância – autonomia de quem aprende
Ênfase no raciocínio analítico – linear	Busca do todo, razão-intuição.
Educação como necessidade	Educação como processo
Aluno como objeto de ensino	Aluno como sujeito estudando

(Fonte: RITTO e MACHADO, 1995)

Essa liberdade de buscar formas para abordar os assuntos sobre sexualidade é que deu origem às oficinas que apresento e proponho neste trabalho, para que outros educadores possam, também, dispor delas para que estabeleça, com seus alunos, um melhor processo de ensinar a aprender.

Com a finalidade de apoiar e capacitar os profissionais da educação com interesse na área da Sexualidade Humana, ao acesso a novas metodologias e à produção de oficinas como recurso, este trabalho desenvolverá um modelo de um ambiente para uso a distância, por meio da Internet que será um local onde se poderá produzir materiais, disponibilizar referências, discutir assuntos ligados à temática, enfim, aprender sobre um novo modelo e prática educacional.

2.4.1 Oficinas: ambiente construtivista de aprendizagem

As oficinas oferecem, para os participantes, uma resposta às necessidades lúdicas escassas em diversos ambientes, com o objetivo primeiro de integrar o grupo. Nota-se a dificuldade que alguns educadores apresentam em relação a não terem algum tipo de estratégia ou técnica que possa tornar o encontro com seus

As oficinas procuram dar conta da construção/elaboração de um saber, de autoria individual e coletiva, que se faz na interação e na relação entre pessoas no sentido do aprender a ser, aprender a fazer e aprender a aprender, e que fazem coisas juntas. A prática das oficinas consiste na prática do ofício de pensar a vida e senti-la em vista de pequenas e grandes transformações.

O termo “Oficina” é definido pelo Dicionário Aurélio (1975, p. 992-993) como “lugar onde se exerce um ofício... lugar onde se verificam grandes transformações”.

Rena diz que:

“A vivência da Oficina implica um esforço pedagógico e coletivo, com a racionalidade e a objetividade próprias da pedagogia, associado à abordagem da dimensão afetiva-emocional da pessoa, de modo a permitir a desconstrução de preconceitos e tabus e reconstrução social dos valores, das crenças, social e historicamente construídos”. (2001, p. 48)

As ações educativas nas oficinas trazem também uma intencionalidade pedagógica. Ela se realiza a partir de objetivos claros, previamente definidos, de acordo com o tópico a ser trabalhado. Essa busca participativa, consegue, muitas vezes, romper com uma concepção tradicional da educação, centrada no professor e na transmissão de conteúdos.

Ao trabalhar com projeto de sexualidade com pré-adolescentes e adolescentes, percebe-se que se adotar a estratégia de perguntas e respostas e/ou de falar e eles ouvirem, sem a participação efetiva dos mesmos, sem que eles reflitam e discutam sobre o assunto construindo e vivenciando os conteúdos, não haveria nenhuma “emoção” da parte deles.

Percebeu-se que montando oficinas, como uma estratégia diferente, com músicas, com dramatizações, entre outras técnicas, eles participavam, davam sugestões, criavam novos jogos e “usavam sua criatividade”, que é muito grande.

Porém não basta apenas aprender as técnicas, mas também adaptá-las e adequá-las à realidade do seu público-alvo. É o fazer da oficina que possibilita as suas permanentes elaborações.

A seguir apresenta-se um quadro com algumas características que podem ser transformadas no Aprender a Aprender: Oficinas

De acordo com Rena:

Muito mais que a acumulação de informação ou a simples associação automática de conceitos e definições, a aprendizagem sobre a sexualidade não se processa apenas no nível cognitivo, mas, sobretudo, no enfrentamento das próprias contradições, dos sentimentos e das emoções, tornando a ação pedagógica potencialmente mobilizadora de processos psicológicos intrapsíquicos. Sem propor-se enquanto prática psicoterapêutica, a abordagem do adolescente em sua dimensão afetivo-sexual poderá enriquecer o processo de maturação como pessoa e, tendo um caráter preventivo, vir a detectar sinais de processo psicopatológico em desenvolvimento ou a explicitação da necessidade de ajuda em situações particulares. (2001, p. 70)

2.4 APRENDER APRENDENDO: OFICINAS

Segundo os PCNs:

A aprendizagem de atitudes pelos adolescentes e jovens requer o reconhecimento por parte dos adultos, das características psicológicas e sociais dessa fase. É um aprendizado longo, complexo, contínuo e às vezes difícil para o adolescente, exigindo do professor a criação de estratégias que possibilitem o desenvolvimento das atitudes desejáveis “. (MEC-SEF, PCNs, 1998, p. 77).

A oficina, por se tratar de uma dinâmica que se apóia na vivência dos participantes, é uma tentativa de criar “espaços de liberdade” intelectual, onde se procura romper com os mecanismos de hierarquização do saber no espaço escolar, promovendo com as pessoas situações de convivencialidade, de circulação de saberes entre elas, criando condições para o desenvolvimento da criatividade, de liberdade e de autonomia buscando uma outra forma de aprender a fazer, a refletir e a aprender.

Segundo PEY (1994, p. 15-16), as oficinas se caracterizam como:

- ↪ projetos vivenciais, onde a dialogicidade é essencial na relação entre as pessoas;
- ↪ que produzem saberes em autorias e obras. Na produção da Oficina não se partes da reprodução de conhecimento, mas na produção de um saber de resistência ao poder disciplinar das instituições, usando espaços dos atos poderes;
- ↪ que se articulam no âmbito dos saberes práticos, técnicos e/ou científicos., sem colocar qualquer tipo de hierarquia na ordem e/ou eleição destes”.

De acordo com os PCNs: “Não é apenas em portas de banheiros, muros e paredes que se inscreve a sexualidade no espaço escolar; ela “invade” a escola por meio das atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles. Por vezes a escola realiza o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela (MEC-SEF, PCNs 1998, p. 112-113)

A escola, diariamente, “dá lições” de sexualidade. Porém, qualquer projeto educacional voltado para uma área alternativa como a da sexualidade humana implica numa tomada de posição muito ampla. Essa abordagem certamente rompe com a estrita e estreita concepção de sexualidade humana de caráter biologista, ainda tão presente nos currículos, nos livros e nas equipes de “especialistas”.

Incluir a sexualidade no currículo escolar é um desafio, significando, segundo BORGES, “romper com um conjunto de crenças, normas e valores, uma mudança de paradigmas que, em grande parte, pode ser determinado pela sociedade dominante”.(1994, p. 45).

Trabalhar com as questões de sexualidade na escola é ainda alvo de discussão e polêmica, pois há os que afirmam que tais assuntos devem ser discutidos no âmbito privado, sendo, portanto de responsabilidade da família. Porém muitos pais ou responsáveis ainda se sentem constrangidos ao terem que abordar esses assuntos, em função da repressão a que foram submetidos, o que certamente pode ter contribuído para a falta de informação sobre questões ligadas à sexualidade.

Com o advento da AIDS a fala sobre sexualidade vem pautada de medo. A sexualidade humana veiculada nas escolas, além de seu caráter preventivo, deve contribuir para a difusão da verdade, sem medo e com respeito e responsabilidade.

A compreensão da sexualidade enquanto realidade em movimento que resulta do jogo da interação social exige reconhecer que as expressões de sexualidade estão submetidas às condições históricas determinadas.

Conforme Guimarães: “busquemos a compreensão da sexualidade humana, como totalidade, isto é, enquanto natureza e enquanto cultura. A dialética entre os dois pólos resulta para o indivíduo na dinâmica entre o interno e privativo e o externo e social, que tem uma dimensão pública”.(1995, p. 25)

O educador sanitário era responsável pela educação sexual tanto dos alunos quanto dos pais e professores, como afirma GUIMARÃES:

No período de 1954 a 1970, o serviço de saúde pública do departamento de assistência escolar de São Paulo, ministrou orientação sexual às meninas das quartas séries primárias. As meninas e suas mães recebiam orientação sobre as mudanças sexual que ocorrem na puberdade, gravidez e parto, quando solicitavam, o orientador sanitário era responsável por essas aulas, que ele tentava passar também para os professores. (...) as mães consideravam importante que as filhas se instruissem para se defenderem das más intenções dos rapazes".(1995, p. 60)

Podemos perceber a dissociação da educação sexual do contexto educacional e da sexualidade que era vista como atividade puramente biológica desvinculada do prazer.

A sexualidade, não há como negar é mais do que uma questão pessoal e privada, ela se constitui num campo político, discutido e disputado. Na atribuição do que é certo ou errado, normal ou patológico, aceitável ou admissível, está implícito um amplo exercício de poder que, socialmente, discrimina, separa e classifica. Ela se constitui num aspecto importante da formação dos sujeitos e dos grupos, exigindo atenção no contexto das políticas e dos programas educacionais.

Muitas pessoas, apoiadas em diferentes perspectivas ideologias ou teóricas, argumentam a favor ou contra a utilização da escola como um espaço privilegiado para a "Educação"/"Orientação" Sexual ou Sexualidade Humana, confrontam-se. Antes de assumir uma posição neste confronto é indispensável admitir que a escola. Como qualquer outra instância social, é, quer queira ou não, um espaço sexualizado e generificado. A sexualidade tem a ver com o modo como as pessoas vivem seus desejos e prazeres, tem a ver, portanto, com a cultura e a sociedade, mais do que com a Biologia.

Muitas escolas lidam com seus alunos como se esses não tivessem qualquer conhecimento sobre sexualidade. Mas muitos educadores ficam espantados quando ouvem crianças da 1ª ou 2ª série, do Ensino Fundamental, falarem sobre diversos assuntos envolvendo sexualidade. Deve-se lembrar que esses alunos "consomem" os produtos da mídia, as propagandas, os programas de TV, revistas, músicas, roupas, etc. que carregam, explícita ou implicitamente, referências sexuais. Felizmente, nos últimos anos, a instituição escolar pareceu "abrir-se" para a discussão da sexualidade.

Porém, quando vamos para a parte específica onde ele trata da Orientação Sexual, propriamente dita, ele diz o seguinte:

(...) além da transversalização a orientação sexual pode ser realizada em um espaço específico. Isto porque a sexualidade se impõe, na sociedade contemporânea, como um dos maiores interesses dos adolescentes, exigindo posicionamento e atitudes cotidianas. Temáticas como gravidez na adolescência, masturbação, homossexualidade, iniciação sexual, pornografia e erotismo, aborto, violência sexual e outras, são exemplos de questões que extrapolam a possibilidade da transversalização pelas disciplinas e demandam um espaço próprio para serem refletidas e discutidas. São temas polêmicos, que envolvem questões complexas e demandam tempo para serem aprofundadas, com ampla participação dos alunos, além de exigirem maior preparo do educador. (MEC-SEF, PCNs, 1998, p. 331)

Os educadores devem, então, aprender a aprender sobre a sexualidade humana. Para isso, precisam de cursos, leituras que nem sempre são oportunizados para eles. Além disso, falta tempo!

Tradicionalmente, na formação dos educadores, “não foram incluídas matérias voltadas para a formação política e nem para o tratamento de questões sociais. Ao contrário, de acordo com as tendências predominantes em cada época, essa formação voltou-se para a concepção de neutralidade de conhecimentos e do trabalho educativo”.(Ibidim, 1998, p. 32)

O profissional que será responsável por esse trabalho, pode ser um professor de qualquer disciplina ou um educador com outra função na escola (um especialista, por exemplo).

Segundo os PCNs:

O importante é que seja alguém que tenha um bom contato com os alunos e, portanto, um interlocutor confiável e significativo para acolher as expectativas, opiniões e dúvidas, além de ser capaz de conduzir debates sem impor suas opiniões. Não constitui um pré-requisito que o professor seja da área de Ciências (comumente associada à sexualidade), já que não se trata de abordagem predominantemente biológica da sexualidade. Importa que tenha interesse e disponibilidade para esse trabalho, assim como flexibilidade e disposição pessoal para conhecer e questionar seus próprios valores, respeitando a diversidade dos valores atribuídos à sexualidade na sociedade atual.(Ibidim, 1998, p. 331-332).

para que não seja apenas um sonho é que se propõe, nesta dissertação, um curso *on line*, para que muitos destes profissionais sejam beneficiados para trabalharem com esta temática.

2.3 TRABALHANDO A SEXUALIDADE HUMANA NO ESPAÇO ESCOLAR

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados pelo MEC em 1998:

têm um compromisso com a construção da cidadania e uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política. Nessa perspectiva é que foram incorporadas como Temas Transversais as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde, da Orientação Sexual e do Trabalho e Consumo”.(MEC-SEF, PCNs, 1998, p.17)

Por serem temas que envolvem questões sociais, eles tratam de processos vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. Eles devem ser debatidos nos diferentes espaços sociais para buscar soluções e/ou alternativas para tentar amenizar os problemas apresentados por estes fóruns. A transversalidade refere-se, principalmente, à dimensão da prática pedagógica, o que abre importante espaço para que o debate e a prática participativa sejam incluídos no universo escolar.

Neste trabalho de dissertação, o tema transversal que abordado é o de Orientação Sexual (denominação dada pelo MEC, e que aqui será tratado como Sexualidade Humana).

Os PCNs indicam que a inclusão desses temas Transversais não aponta para a criação de disciplinas novas e nem para a inserção destes temas em determinadas disciplinas já existentes. Por exemplo: quando se trata de Orientação Sexual, segundo os PCNs:

A área de Ciências Naturais inclui a comparação entre os principais órgãos e funções do aparelho reprodutor masculino e feminino, relacionando seu amadurecimento às mudanças no corpo e no comportamento de meninos e meninas durante a puberdade e respeitando as diferenças individuais. Dessa forma, o estudo do corpo humano não se restringe à dimensão biológica, mas coloca esse conhecimento a serviço da compreensão da diferença de gênero (conteúdo de Orientação Sexual) e do respeito à diferença (conteúdo de Ética) (PCNs, MEC-SEF, 1998, p. 27)

(afeto, emoção, razão, prazer, solidariedade, etc.) e que o diferencia de outros animais”.

No entanto, estas conceituações que foram citadas, são, ainda nos dias atuais, alvo de grandes polêmicas entre vários autores. A abordagem da sexualidade não deve limitar-se ao tratamento de questões biológicas e reprodutoras, muito pelo contrário, deve incluir um questionamento mais amplo sobre o sexo, seus valores, seus aspectos preventivos, para o indivíduo como forma de exercício da cidadania.

De acordo com PINTO: “O fundamental seria não eleger o nome de Educação Sexual, Orientação Sexual, Educação em Sexualidade, Educação afetivo-sexual, entre outros, mas sim discutir as propostas metodológicas em que estão embasados esses diferentes trabalhos. Tal procedimento poderia constituir um verdadeiro corpo teórico e uma terminologia consistente”. (1995)

O ensino da Sexualidade Humana, em qualquer processo educativo, apresenta efeitos e resultados demorados. O fundamental é possibilitar o desenvolvimento de um trabalho educativo positivo, de valorização humana, mas permitindo que o educando tenha uma capacidade de escolha e elimine os sentimentos de culpa.

Mesmo ressaltando a importância do trabalho de sexualidade como uma prática educativa de liberdade, esta abordagem nem sempre tem cumprido estes objetivos, pois é sempre conveniente analisar para que, para quem e quem vai trabalhar com este tema.

Segundo VITIELLO: “Um dos grandes problemas envolvidos na implantação de programas de Educação Sexual é a necessidade de que se disponha de grande massa de profissionais adequadamente preparados, o que na atualidade é apenas um sonho”.(1995, p. 15)

Sabendo-se que há uma grande necessidade de ter profissionais da educação capacitados nessas questões específicas que se referem à sexualidade e

¹ Os artigos e leis aqui referidos estão em anexo

“As crianças e adolescentes trazem noções e emoções sobre sexo, adquiridas em casa, em suas vivências e em suas relações pessoais, além do que recebem pelos meios de comunicação. A Orientação Sexual deve considerar esse repertório e possibilitar reflexão e debate, para que os alunos construam suas opiniões e façam suas escolhas”.(MEC-SEF, PCNs, 1998, p. 67)

Nos PCNs, a orientação sexual é concebida como uma abordagem de diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade sobre a sexualidade para auxiliar os(as) alunos(as) a encontrarem “um ponto de auto-referência por meio da reflexão”. A *orientação sexual* na escola “[...] constitui um processo formal e sistematizado que exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação. [...] É um trabalho que se faz problematizando, questionando e ampliando o leque de conhecimentos e de opções sobre a sexualidade para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho”. (MEC-SEF, PCNs, 1998, p. 121)

A formulação dos PCNs teve como base legal o artigo 210 da *Constituição da República Federativa do Brasil*, de 1998, que reza a obrigatoriedade do Estado em fixar conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental e os Artigos 9º e 26º da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 9394/96, os quais tecem competências e diretrizes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios para consolidarem uma organização curricular capaz de oferecer maior flexibilidade aos componentes curriculares respeitada a base nacional comum¹.

A proposta dos PCNs inclui a Orientação Sexual como um dos “temas transversais” a serem abordados no ensino fundamental, de forma articulada com as disciplinas e outros temas como: ética, saúde, meio ambiente e pluralidade cultural.

No entanto, em 1997, surgiu uma Proposta Curricular de Santa Catarina, resultante de um trabalho do Grupo Multidisciplinar e da contribuição de professores de todas as regiões do Estado. Esta propôs como um dos temas Multidisciplinares a Educação Sexual. Segundo a Proposta: “a Educação Sexual implica em conhecimento da história do homem, envolto da e na cultura, ou seja, em suas relações materiais concretas constituídas de todos os aspectos que lhe humanizam

GPTOS diz que:

a Orientação Sexual é um processo formal e sistemático que se propõe a preencher as lacunas de informação, erradicar tabus e preconceitos e abrir discussão sobre as emoções e valores que impedem o uso do conhecimento. À Orientação Sexual cabe também propiciar uma visão mais ampla, profunda e diversificada acerca da sexualidade. Esse trabalho pode ocorrer em ambientes tais como centros de saúde, comunidade de base, de bairro, clubes, igrejas, meios de comunicação. (1999, p. 8)

Para SAYÃO:

o conceito de Orientação Sexual adotado é similar ao do modelo pedagógico de não-diretividade, ou seja, a problematização das questões trazidas pelos alunos. Trata-se, no entanto, de um processo de intervenção planejado, intencional e sistemático, que inclui o esclarecimento das dúvidas, o questionamento das posições estanques e a ressignificação das informações e valores incorporados e vivenciados no decorrer da vida de cada criança ou jovem. (1997, p. 112-113)

Para RIBEIRO: “a Orientação Sexual trata de uma intervenção institucionalizada, sistematizada, organizada e localizada, com a participação de profissionais treinados para esse trabalho, mas sempre com a formação específica para a função de orientador sexual”. (1990)

MIELINK: “denomina de Orientação Sexual os esclarecimentos, noções e orientação dados deliberadamente, intencionalmente à criança por outras pessoas, além dos pais (1980, p.19). A vivência vem imprimir diretriz a noções já existentes, já entranhadas; vem limiar arestas, lapidar facetas da personalidade sexual da criança”.(1980, p. 20)

Segundo GPTOS, no Guia de Orientação Sexual: “a Orientação Sexual quando utilizada na área da educação, deriva do conceito pedagógico de orientação educacional, definindo-se como processo de intervenção sistemática na área de sexualidade. Realizado principalmente em escolas”.(1994, p.8)

“No meio médico, jurídico e da sexologia, o termo Orientação Sexual é utilizado para denominar a identidade erótica dos cidadãos em hetero, homo ou bissexuais”. (Ibidem, 1994, p. 8)

informar sobre suas interpretações culturais e suas possibilidades significativas, permitindo uma tomada lúcida de consciência.” (1973, p.111)

Para GUIMARÃES, sobre Educação Sexual diz que “cabe aos educadores posicionar-se quanto a”:

1. ser um instrumento social do prolongamento da família e reforço de seus valores, ou
2. ser um instrumento social para abrir horizontes para a criança, na linha de sua emancipação, superando os limites de sua própria família.” (1995, p. 109)

FERRER coloca:

Educação Sexual é parte da educação geral que incorpora os conhecimentos bio-psico-sociais da sexualidade, como parte da formação integral do educando. Seu objetivo básico é atingir a identificação e integração sexual do indivíduo e capacitá-lo para que crie seus próprios valores e atitudes que lhe permitam realizar-se e viver sua sexualidade de uma maneira sã e positiva, consciente e responsável dentro de sua cultura, sua época e sua sociedade. (1992, p.37)

A **Orientação Sexual** pode ser olhada sob dois aspectos: como identidade sexual e como informação sexual na escola.

Como identidade sexual alguns autores como, por exemplo, Luis Fernando Cardoso, descreve o conceito de orientação sexual como o sentido do desejo sexual relacionado às múltiplas possibilidades do prazer. Para John Money a orientação sexual é preferência erótica e romântica por pessoas de um determinado sexo, configurando a heterossexualidade, a homossexualidade ou a bissexualidade.

Então, como identidade sexual, a orientação sexual é vinculada à atração sexual humana, à preferência erótica dos seres humanos.

Como informação sexual na escola, muitos autores consideram a Orientação Sexual, derivada do conceito pedagógico de orientação educacional, definindo-a como um processo de intervenção sistemática na área da sexualidade, realizada principalmente, em escolas por um educador ou outro profissional capacitado para tal, e aproxima-se do que denominamos como Educação Sexual formal.

A seguir, citaremos algumas definições de Orientação Sexual e seus respectivos autores:

apresenta dificuldades para o educador dialógico atuar coerentemente numa estrutura que nega o diálogo. Porém, alguma coisa fundamental também nessa temática pode ser feita: dialogar sobre a negação do próprio diálogo em Educação Sexual.

Vejamos alguns autores e seus conceitos sobre Educação Sexual:

Para o GPTOS (1999):

Quando nos referirmos à Educação Sexual, podemos dizer que ela só poderá acontecer à medida que questionarmos to a história cultural, pois o contato cotidiano da criança com os pais, o processo de socialização que se segue, a influência da mídia e dos grupos sociais – faz parte da Educação Sexual. Ela é, portanto, um processo de vida, que permite ao indivíduo se modificar, se reciclar ou não, e só termina com a morte.

Para RIBEIRO (1990):

A Educação Sexual é constituída pelo e nos processos culturais contínuos, desde o nascimento que, de uma forma ou de outra, direcionam os indivíduos para diferentes atitudes e comportamentos, ligados à manifestação de sua sexualidade. Esta educação é dada indiscriminadamente pela família, na escola, no bairro, com os amigos, pelos meios de comunicação, etc. É a própria evolução da sociedade que determina os padrões sexuais de cada época, e, conseqüentemente, a Educação Sexual do indivíduo.

Para GOLBERG: “A expressão Educação Sexual combativa, é usada como a Educação Sexual que poderá contribuir para a mudança de padrões se for uma prática de autonomia, participação em lutas coletivas, denúncia e produção de alternativas concretas”. (1984)

Para BERNARDI a Educação Sexual é um falso problema:

porque se uma criança aprende sozinha a ler e escrever todos se alegram com isso; mas se uma criança aprende sozinha o que é seu corpo, o seu sexo, o seu prazer, e por isso mesmo também o amor, ficam todos horrorizados. Queremos nós mesmos ensinar-lhe, e do nosso modo. Assim inventamos a Educação Sexual. Ou melhor, inventamos o problema da Educação Sexual. Portanto, a Educação Sexual é um problema porque assenta numa estratégia pedagógica mais ampla de socialização para a apatia, exercitada seja na família, seja na escola, seja nos programas políticos, seja na sociedade em geral. Vivemos uma cultura “sexofóbica” e repressiva. (1985, p.9)

VASCONCELOS coloca que: “a Educação Sexual é abrir possibilidade, dar informações sobre os aspectos fisiológicos da sexualidade, mas principalmente

VASCONCELOS apresenta uma definição clara e enriquecedora sobre o que compreende por Sexualidade Humana:

(...) sexualidade enquanto imersa na temporalidade, nela recebendo sua revelação vivencial, suas formalizações conceituais, sua expressão estética, seu tratamento moral e social. Que tudo isso faz da sexualidade humana o que ela pode ser: uma descoberta, uma elaboração, uma busca. Descoberta do corpo, como dimensão de minha afetividade. Elaboração pessoal e criativa dessa dimensão afetiva, que não “nasce” já determinada. Busca, enquanto a sexualidade humana é essencialmente erótica, isto é, voltada para o outro. (1971, p. 3)

Também NUNES, C. leva-nos a refletir sobre sexualidade quando escreve:

A sexualidade humana não está sujeita ao determinismo animal, restrita ao mundo natural, É uma esfera que passa além disso, ela contém a intencionalidade, no sentido de consciência e de experiência de sentido, no sujeito humano. É portanto dimensão existencial, original e criativa em sua expressão e vivência. E esta dimensão é dinâmica, dialética, processual. Não se pode reduzir a sexualidade a um substrato único, imutável, eterno (...) é histórica, processual e mutável (1987, p. 17)

A sexualidade humana não é uma forma fixa e final do comportamento humano. Ela pode ser entendida como atitudes e atividades que se desenvolvem no tempo e no espaço, como potencialidades humanas. Ela foge dos aspectos meramente biológicos, não se limitando a uma atividade ligada somente aos órgãos reprodutores. Ela é muito mais abrangente. Ela envolve sentimentos, emoções, sensações dando um sentido inesperado a essas manifestações.

Conforme CABRAL: “Educar o outro é fundar a ação pedagógica na reflexão acerca da própria educação. Ou seja, o educador ao se apropriar de um conhecimento, passa por um processo de autotransformação, o que possibilita a produção e transmissão de novos conhecimentos”. (1995, p. 153)

“A educação reflete a estrutura do poder, daí a dificuldade que tem o educador dialógico para atuar coerente numa estrutura que nega o diálogo. Porém alguma coisa fundamental pode ser feita: dialogar sobre a negação do próprio diálogo” (FREIRE, 1978).

Refletindo com FREIRE, podemos dizer que também a **Educação Sexual**, como parte indissociável do processo educacional, reflete a estrutura de poder e

gesto, a palavra, a alegria, o afeto, a solidariedade e com o conhecimento científico”.(CABRAL, 1985)

“A vivência sexual é estruturante da trajetória pessoal e constitui-se na complexa combinação de muitos elementos de cunho subjetivo e da relação com o outro. Isso ocorre desde o nascimento, a partir da sexualização e da erotização do corpo. Inclui, portanto, fatores de natureza bastante distintos: do aprendizado, da descoberta e da invenção”. (SAYÃO,1997)

O termo sexualidade é abrangente. Não significa mais genitalidade ou analidade e sim intimidade, desejo, afetividade. O médico e psicanalista austríaco Wilhem Reich (1887-1957), homem de vida intensa e de múltiplos interesses científicos, é, freqüentemente, identificado pelo importante papel que atribuía à sexualidade como fator determinante do comportamento humano. Falar sobre sexualidade é referir-se a sentimentos, emoções e afetos fundamentais no desenvolvimento e na vida do ser humano, presentes desde a infância.

A Sexualidade Humana na escola caracteriza-se, inicialmente, por um conjunto de orientações desenvolvidas de forma assistemática sobre a sexualidade. Este processo é global, não intencional e envolve toda a ação exercida sobre o indivíduo, no seu cotidiano, desde o nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre a sua vida sexual ao longo da vida.(LIMA & MEDEIROS, 1999) Ela figura como um dos temas mais inquietantes e, quase sempre, mais recuados no universo prático do educador. Entretanto, cada vez mais a escola tem sido convocada a enfrentar as transformações das práticas sexuais contemporâneas.

A escola não pode fugir do seu papel de educadora e ignorar a questão sexual, principalmente diante da situação criada pelo aparecimento e difusão da AIDS, pela influência da mídia ou por outros aspectos. Atualmente essa situação tende a mudar. A família e a escola reivindicam claramente que o estudante seja esclarecido quanto à sexualidade.

Questões sobre sexualidade do aluno foram tradicionalmente omitidas dentro da escola, pois no passado era proibido falar sobre isso e o professor que enfrentasse tal norma era punido de alguma forma. Para o aluno o melhor também era permanecer calado. O assunto era visto nas aulas de Ciências e Programa de Saúde, mantendo o discurso da Saúde Pública, com fins de controle populacional.

transmitidos até nós, trazem uma grande carga de repressão a que foram submetidos nossos antecessores.

A Sexualidade Humana é um elemento importante para a análise e compreensão da dinâmica do ser humano, porém ainda hoje é alvo de preconceitos, tabus e atitudes repressivas. Independente de sua capacidade reprodutiva, a sexualidade relaciona-se, antes de qualquer coisa, com a busca do prazer – necessidade fundamental dos seres humanos. Fruto da cultura, ela se expressa com singularidade em cada sujeito.

Concepções de sexualidade segundo alguns autores:

“A sexualidade não se confunde com um instinto, nem com um objeto (parceiro), nem com um objetivo (união dos órgãos genitais no coito). Ela é polimorfa, polivalente, ultrapassa a necessidade fisiológica a tem a ver com a simbolização do desejo. Não se reduz aos órgãos genitais, porque qualquer região do corpo é susceptível ao prazer sexual. A satisfação sexual pode ser alcançada sem a união genital”.(CHAUI, 1988)

“A sexualidade envolve sentimentos e desejos, várias das nossas atitudes podem revelar a sexualidade: o olhar, um roçar de mão, o jeito de andar ou falar, de mexer no cabelo, de segurar um copo, de disputar uma competição esportiva, de trabalhar”.(SUPLICY, 1988)

“A sexualidade não estaria necessariamente vinculada ao emprego de um órgão ou aparelho: o beijo, a carícia, o olhar, alguma percepção visual, ou olfativa, ou tátil, ou acústica, e até o puro pensamento, o sonho e o desejo, estariam todos na área da sexualidade. A sexualidade é uma qualidade global do homem”.(BERNARDI, 1985)

“A sexualidade é uma elaboração histórica. O que ela significa e exprime não ultrapassa suas específicas manifestações sociais e históricas, assim como não é possível explicar suas formas e variações sem que se examine e explique o contexto em que se formaram”.(FOUCAULT, 1988)

“O assunto sexualidade e educação sexual com vistas à transformação passa primeiro pela compreensão da nossa pessoa, como sujeito histórico e sexuado, entre outras inúmeras dimensões que somos. Educar o outro é fundar ação pedagógica na reflexão acerca da própria educação. A transformação mais global se iniciará com o

para uma melhor compreensão da realidade e para uma melhor construção do conceito de ser humano na sua totalidade.

2.2 DIFERENCIANDO OS TERMOS: SEXUALIDADE HUMANA, EDUCAÇÃO SEXUAL E ORIENTAÇÃO SEXUAL

“A ambígua educação sexual que ainda não conseguiu, nem sequer em nível de informação, introduzir-se generalizadamente no espaço escolar, hesita ainda mais em assumir um caráter de verdadeira “orientação sexual” (PINTO, H., 1997, p. 49)

“A sexualidade foi incluída nos PCNs como um dos Temas transversais mediante o conceito de *orientação sexual*. Com isso evidencia-se a importância do discurso, da concepção e da interpretação que a sexualidade tomou na história brasileira nos anos 90”. (COSTA, 2001, p. 17)

A orientação sexual e a educação sexual fundamentam-se numa concepção pluralista da sexualidade, ou seja, no reconhecimento da multiplicidade de comportamentos sexuais e de valores a eles associados.(SAYÃO, 1997)

Diante do exposto faz-se necessária uma diferenciação e conceituação sobre os temas: Sexualidade Humana, Educação Sexual e Orientação Sexual, já que o termo adotado neste trabalho é “Sexualidade Humana”.

O estudo da sexualidade humana é de grande importância para a vida do ser humano, pois envolve toda a sua existência e permeia todas as manifestações humanas (sentimentos, emoções, gestos palavras, carinho, raiva, entre outras).

Porém o assunto é cercado de inúmeros preconceitos que vem se arrastando de geração em geração. Ele é polêmico e controvertido, tanto quanto a postura da sociedade diante do sexo. Como parte da condição humana, a sexualidade sempre foi objeto de interesse e reflexão do homem, que cada vez mais quis adentrar os significados diversos e profundos de sua natureza sexual.

Apesar do enorme progresso que a sexualidade tem alcançado recentemente. Sob muitos aspectos ainda conserva mistério. As atitudes, valores e costumes

televisão (TV Mulher) onde abordava a educação sexual criando grande polêmica e garantindo uma grande audiência. A questão da sexualidade era retomada com grande ênfase através dos debates e estudos nos mais diversos lugares, sob as mais diferentes/divergentes perspectivas, inclusive na SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), nas universidades e no movimento da Escola de pais (ligado à Igreja católica).

Em 1983, acontece o 1º Encontro Nacional de Sexologia, organizado pela Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO, com a participação de médicos, educadores e cientistas sociais. Nesta década também surgiu a SBRASH, Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana, que tem promove encontros, Congressos, publicações nesta área e cujos trabalhos, em educação Sexual, se referem mais ao aspecto médico do que político educacional.

Na segunda metade da década de oitenta, iniciou-se no Departamento de Estudos Especializados em Educação do Centro de Ciências da Educação da UDESC, em Florianópolis, a discussão explícita sobre Educação Sexual para educadores, culminado com a oferta de uma disciplina optativa, Educação Sexual, para o Curso de Pedagogia. Em 1991, foi criado o Núcleo de Estudos da Sexualidade (NES) na referida instituição de ensino.

Em 1994 as secretarias municipais de educação e saúde do Rio de Janeiro e de Salvador, implementaram Projetos de Educação Sexual e cidadania em escolas da rede (DIAZ,1999, p.73) e, assim, a partir daí, vários projetos, foram elaborados na tentativa de viabilizar a Educação Sexual no espaço escolar.

Esta trajetória nos mostra que, em diferentes momentos históricos, surgiram iniciativas de relevância, dentro da organização formal, onde educadores tentam a implantação de programas de Educação Sexual nas escolas fazendo tentativas concretas, comprometidos com o coletivo da escola e da sociedade como um todo.

E de acordo com GUIMARÃES: “Como vemos a história da Educação Sexual no Brasil ainda se apresenta como movimentos isolados e esparsos, que ocorrem de um modo esporádico, e que não se encontram de modo a criarem uma força encadeada e propulsora de uma ação educacional coletiva”. (1995, p. 68)

A partir do momento em que se tornam claros os conteúdos históricos e socioculturais e as suas representações, torna-se possível fazer interferências no sentido de se rever conceitos que perpassam as questões da sexualidade humana

Em 1928, as escolas iniciaram programas de educação sexual, que foi idealizado em um Congresso Nacional de Educadores.

No período que antecedeu à década de sessenta, a Igreja Católica, que dominava o sistema educacional, manteve severa repressão à Educação Sexual. O leigo só tinha acesso a livros médicos sobre sexualidade.

Conforme WEREBE (1977) a educação sexual na década de sessenta, obteve apoios favoráveis. Tanto é assim que a deputada federal Júlia Steimbuck apresentou o projeto de lei que a previa, porém, infelizmente, foi rejeitado pelo Congresso.

Conforme MEDEIROS:

Os colégios religiosos dominavam o sistema educacional da elite brasileira, que manteve severa repressão à educação sexual, em função de suas tradições cristãs. A abordagem da sexualidade foi sendo lapidada e à medida que as reflexões foram sendo processadas, esse ensino foi caminhando para uma educação além da informação, de modo a levar os adolescentes a formar conceitos e valores. (2000, p. 25)

No início da década de setenta, houve um retrocesso ao puritanismo fechado e aumento de censura. Não havia nenhuma lei proibindo a Educação Sexual, porém temerosos, os administradores escolares esvaziaram os programas em escolas públicas. Em função dos movimentos feministas, de controle populacional e também pela grande mudança do comportamento sexual do jovem, na segunda metade da década de setenta ressurgiu o interesse pela Educação Sexual.

Entre recuos e avanços, em 1978, a Prefeitura de São Paulo iniciou um trabalho em três escolas, coordenado pela equipe de orientação educacional, que mais tarde incluiu muitas escolas municipais envolvendo, além de orientadores educacionais, professores de Ciências e Biologia. Por iniciativa particular, em 1978 e 79, foram realizados Congressos sobre Educação Sexual nas escolas, abrindo debate sobre a dimensão pública desse tipo de educação.

No final da década de setenta e início de oitenta, foi realizado o I Congresso de Educação Sexual na Escola (São Paulo) e a sexóloga Maria Helena Matarazzo implantou um programa da rádio no qual, respondia, ao vivo, às questões ligadas à sexualidade. Em 1980, Marta Suplicy inaugurou um quadro diário num programa de

No início da colonização os portugueses ficaram atraídos pelas índias (que andavam nuas) e começaram a povoar as terras com os primeiros mestiços. Como o índio não se deixou escravizar, os portugueses trouxeram os negros da África, já conhecidos pela sua força e facilidade para escravidão. Eles eram selecionados para, além de vários afazeres, os serviços domésticos. As negras mais bonitas ficavam nas casas grandes, servindo à família e os senhores usavam-nas para seu prazer sexual. Era comum, numa mesma casa, ficarem os filhos legítimos e os ilegítimos, que eram frutos da ligação do senhor com a escrava. (COSTA, J., 1983)

Com a chegada da família real, no início do século XIX, houve uma mudança muito grande nos costumes da colônia. Todos tiveram que modificar seus hábitos para se adaptar à corte recém-chegada. Um exemplo disto foi que as mulheres se tornaram mais requintadas, pois de sua habilidade social dependia, muitas vezes, o sucesso profissional e político do homem.

O século XIX foi marcado pela higienização da família brasileira. Impõe-se um novo poder – o médico – criando normas higiênicas e disciplinando a família. A vida sexual passa a ser, então regulada pela medicina que condenava o sexo fora do casamento, o sexo sem amor e sem procriação. Desta forma são combatidos: a masturbação, as relações sexuais de pessoas idosas que não procriam mais, a homossexualidade e o sexo fora do casamento. (COSTA, J., 1983)

A mulher tem um novo papel na sociedade: o de ser a mãe extremada e fiel companheira do marido. O homem deixa de ser patriarca colonial e passa a ser, antes de tudo, pai.

Todas as mudanças políticas e sociais geraram novas crenças e novos valores em relação ao papel do homem e da mulher na sociedade e na família.

Traçar um perfil da formação do povo brasileiro é importante, pois a sexualidade está ligada a todos os fatores psicológicos e culturais que atuam no sujeito, por isso não podemos isolar a atitude e o comportamento sexual de um quadro de relações interpessoais que estão presentes nas diferentes crenças.

Situa-se, a seguir, alguns fatos ocorridos no Brasil, em termos de Educação Sexual, cronologicamente:

Segundo BRUSCHINI (1992) desde 1920 as feministas lideradas por Berta Lutz, tentaram a implantação da Educação Sexual, objetivando a proteção à infância e à maternidade.

A sexualidade é algo que se manifesta no decorrer de toda a vida do ser humano. De formas diferentes a cada etapa do ciclo vital. Sendo formada ao longo da vida de cada indivíduo é marcada por aspectos científicos, históricos e sócio-culturais bem como por afetos e sentimentos, expressando-se com singularidade em cada sujeito.

A história da Sexualidade Humana é um estudo histórico do comportamento humano, valores, crenças e atitudes sexuais predominantes nas diferentes épocas da civilização humana e suas influências sócio-culturais que servem como herança até nossos dias. Ela é tão antiga quanto a história da humanidade. Durante todo este percurso encontramos as mais variadas formas de expressão da sexualidade, carregadas de valores, estigmas e preconceitos de cada época e sociedade.

O embasamento científico que sistematizou o estudo da Sexualidade foi iniciado por Freud, Henry Hellis, Alfred Kinsey, Masters e Jonhson, Kaplan dentre outros, a partir do final do séc. XIX. Antropólogos, entre eles, Margareth Mead, a partir da década de 30, contribuíram com estudos sobre Gênero (conceito que se refere à construção social do sexo) através da diversidade cultural das sociedades.(NUNES, C. A., 1987)

Novos estudos e pesquisas sobre a Sexualidade Humana tomaram impulso, a partir da década de 60, com a Revolução Sexual, passando pelos anos 70 com os estudos feministas e de ativistas homossexuais e culminando nas décadas de 80 e 90 com a epidemia da AIDS.

Através da literatura é possível observar o pouco interesse dedicado à história da sexualidade humana, principalmente no que diz respeito às crianças e aos adolescentes, pois, somente no século XV, eles passaram a ser assunto de estudo.

Em nosso mundo contemporâneo, movimentos de contestação aos padrões tradicionais estabelecidos na sociedade ocidental têm sido bastante freqüentes. Contestados no sentido de revisar certos conceitos e preconceitos até então tidos como verdades, buscando,assim, compreender a realidade que nos cerca. (CHAUÍ, M, 1991)

“A formação étnica e cultural brasileira é uma imensa colcha de retalhos constituída pelas mais diversas influências de diferentes raças”.(ARAÚJO, 1985, p. 51)

2. SEXUALIDADE HUMANA

“A sexualidade humana é uma das mais profundas expressões da condição humana. Durante muito tempo a discussão sobre sexo e sexualidade foi duramente reprimida. Conceitos e preconceitos somavam-se ao rol dos argumentos supostamente controladores das práticas e expressões do desejo sexual. Ao contrário, o nosso tempo foi fecundado em debater a sexualidade e apresentá-la publicamente. As mudanças comportamentais e simbólicas vivenciadas pelas gerações pós-guerra, materializadas em inúmeras mudanças sociais e institucionais que envolveram desde o controle artificial da natalidade até novas identidades políticas e econômicas da presença da mulher na sociedade, criaram as bases de uma nova compreensão e vivência da sexualidade. Podemos afirmar até que houve uma mudança radical do papel social da expressão da sexualidade” (NUNES, 1997, p. 8)

2.1 BREVE HISTÓRICO DA SEXUALIDADE HUMANA NO BRASIL

Conforme CABRAL:

(...) para estudar a Sexualidade Humana, será necessário colocar a nossa história também em estudo. E esta compreende a história da sexualidade na civilização ocidental e a contribuição de autores significativos na área do desenvolvimento biopsicossocial, para melhor compreensão do indivíduo como um todo. Deste modo, poder confrontar nossos medos, vergonhas, resistências e preconceitos com suas respectivas origens, bem como suas formas de repasse através dos tempos. (1995, p. 14)

Podemos observar duas dimensões da Sexualidade Humana: uma é a dimensão histórica: o homem, em cada tempo busca formas de viver a sexualidade e a outra é a dimensão cultural: o homem em cada espaço busca formas de viver a sexualidade.

A sexualidade é dinâmica. Modifica-se, transforma-se, variando no espaço e no tempo. Cada povo e em cada momento, buscam formas de regulamentar, normatizar e expressar suas vivências sexuais. A sexualidade é um conceito, uma construção eminentemente humana.

O homem cria, recria, transmite e reelabora novos significados às suas vivências afetivas, amorosas e sexuais. A sexualidade está em incessante movimento. É dialética e processual. O que hoje parece “natural” com certeza deixará de sê-lo um dia. Ela permite entender o homem na sociedade em que vivemos; como produto das suas múltiplas relações sociais. Portanto produto e produtor da história. É uma forma de conceber o homem historicamente situado e as implicações políticas, econômicas e sociais que o produzem.

No terceiro capítulo abordar-se-á a ensino ou educação a distância, alguns aspectos conceituais sobre as definições de EAD, suas características gerais e um pouco da história, de forma sucinta, desde o passado à atualidade. Apresentação do *e-learning* como a educação e a informação através da tecnologia, uma nova modalidade de EAD.

O quarto capítulo focaliza os aspectos fundamentais para a modelagem do ambiente de aprendizagem de um curso de Sexualidade Humana, a distância, a estrutura desse ambiente com os atores, o design educacional e o formato das mídias utilizadas neste ambiente.

O quinto e último capítulo apresenta as considerações finais, que englobam uma reflexão sobre o conteúdo do estudo com o objetivo de ajudar os profissionais a debaterem com mais segurança a questão da Sexualidade Humana. Reafirma-se a importância do *e-learning* como um método de ensino e apresenta algumas sugestões para os futuros profissionais que trabalharão essa questão tão polêmica, porém necessária no espaço escolar, que é a Sexualidade Humana.

As referências bibliográficas e os anexos utilizados no estudo finalizam este trabalho.

Pretende-se contribuir com subsídios para uma nova metodologia para a “capacitação/formação” de educadores sobre o tema e para a orientação de projetos para o fazer pedagógico nas questões que dizem respeito à Sexualidade Humana. Esta é apenas uma possibilidade de se discutir uma questão tão delicada e presente no âmbito escolar através de práticas pedagógicas e metodológicas diferentes.

O *e-learning* consiste, então, em disponibilizar para os alunos, via rede, materiais codificados através de um programa de autoria,. Eles têm acesso à Internet e “navegam” no curso quando quiserem, onde estiverem e no horário mais conveniente e aprendem em seu próprio ritmo. Estabelecem comunicação com o professor e com outros alunos através dos recursos da rede como: *e-mail*, *chat*, fórum de discussão.

A união desse dois temas, Sexualidade Humana - *E-learning*, pode contribuir para dar um passo a mais no caminhar da educação, pois possibilita, em tempo real, formar e disseminar novos conhecimentos. Com as novas tecnologias espera-se produzir um ensino com melhor qualidade que seja culturalmente relevante às populações e, que, pelas novas tecnologias, consiga dar acesso ao conhecimento para aqueles a quem as estruturas tradicionais do sistema de ensino não consigam levar aos níveis mais avançados de escolarização.

A velocidade da mudança é grande e o futuro é uma incógnita. Novas formas de comunicação e educação desempenham um papel fundamental nessa aceleração. Uma nova forma, que privilegie o aprender a aprender, aprender a criar e a transformar. Por tanto proponho o desenvolvimento de instrumentos de capacitação, na área de Sexualidade Humana, através da EAD, utilizando o *e-learning*, cuja definição e explicação serão apresentadas no capítulo 3.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

A presente dissertação foi desenvolvida em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, a Introdução, apresenta-se questão relacionada ao trajeto percorrido para chegar ao tema da dissertação e sugere uma “capacitação” desses profissionais com mais qualidade através do ensino pela *Web*, isto é, através do *e-learning*, considerado como uma revolução no ensino.

O segundo capítulo descreve a Sexualidade Humana no Brasil, o porquê do uso da terminologia Sexualidade Humana neste trabalho em vez de Orientação e/ou Educação Sexual. Fala, também, sobre como trabalhar a sexualidade humana no espaço escolar, as oficinas como ambiente construtivista de aprendizagem e aprender aprendendo com as oficinas.

Sabe-se que discutir sobre sexualidade com qualquer que seja o público, não é uma tarefa fácil, pois a maioria dos profissionais do meio acadêmico ou não estudou numa estrutura escolar com espaços e tempos definidos, que exigia atenção contínua e linear ou também pela própria educação familiar. Surgiu, então a necessidade de estruturar um curso de capacitação que pudesse auxiliá-los.

Este confronto com a prática e a necessidade de teorizar sobre Sexualidade Humana e de compartilhá-la com outros educadores, é que levou a pesquisar sobre novas metodologias educacionais e, principalmente, uma que diferenciasse e atingisse o maior número de pessoas. Dentre tais metodologias pesquisadas, a EAD, entendida como um fenômeno relativamente novo no âmbito educacional brasileiro, surgiu e vem se expandindo, para atender a uma crescente demanda por educação/ensino impossibilitada de freqüentar o sistema regular de ensino formal. Devido ao surgimento de novas tecnologias, dentre os curso dessa modalidade, aumentou o número daqueles que utilizam redes de computadores, o que impõe a necessidade de capacitação de profissionais de educação para lidar com essa realidade.

A forma de EAD mais viável é o *e-learning* ou Educação *on line* que é um ensino que acontece através de uma rede, usualmente via Internet. A Internet foi visualizada pelos profissionais da educação como uma nova ferramenta para a educação, pois tem capacidade de interagir pessoas, em tempo real, geográfica e fisicamente dispersas. O *e-learning* representa uma revolução no ensino e está cada vez mais forte na internet. Um curso *on line* tem como objetivo principal permitir o aprendizado de qualquer lugar, a qualquer hora. Conveniência e flexibilidade são os atrativos para os alunos. A aprendizagem pessoal independente permite ao aluno aprender e estudar por sua própria conta.

Na educação *on line* cria-se a possibilidade de comunicação em três vias reunidas em uma única mídia que é a Internet a comunicação de um-para-muitos, de um-para-um e, sobretudo, de muitos-para-muitos. Colocamos-nos diante de uma tecnologia que permite recursos impensáveis em outras modalidades de EAD baseadas em outras mídias, algo como a formação de comunidades virtuais de aprendizagem colaborativa onde pode-se experimentar aprender a distância junto com outros, interagindo com muitos, independentemente da hora e do lugar de cada um. (AZEVEDO, 2000)

Em 1978, em Florianópolis, como professora efetiva da rede federal de ensino, da UFSC, cuja filosofia da escola tem como característica “ser um Colégio Experimental, onde se desenvolvem práticas e se produzem conhecimentos em função de uma melhor qualidade de ensino”, constatou-se que poderia inovar nas práticas educativas e no desenvolvimento de novas metodologias educacionais.

Durante as aulas de Ciências e Programa de Saúde, nas 6^{as} séries do Ensino Fundamental, onde a média de idade é de 11 a 13 anos, observou-se que os questionamentos e as dúvidas sobre sexualidade eram muitos, pois é nesta faixa etária que as características sexuais secundárias, em ambos os gêneros, começam a aparecer. É nesta fase que ocorrem os fenômenos de natureza biológica, psicológica e social de grande importância na vida do indivíduo. A reorganização hormonal tem como resultado um novo corpo de homem ou mulher, dotado de novas sensações e da capacidade de reprodução.

Através dessas indagações foi que se buscou possíveis respostas para esse alunos, participando de eventos sobre Sexualidade Humana, tais como: Congressos, Jornadas, Encontros Nacionais, entre outros.

Foi assim que se desenvolveu um projeto de ensino, por esta autora e por uma Orientadora Educacional, ambas do quadro efetivo da escola, que foi implantado nas 5^{as} e 6^{as} séries do Ensino Fundamental, com o nome de “Orientação Sexual: uma necessidade na Escola”.

Como processo natural, depois de muitos anos trabalhando com este projeto, sentiu-se a necessidade buscar uma especialização com mais eficácia nesta área, pois assim poder-se-ia trocar idéias e experiências com outros profissionais, o que acarretaria um maior crescimento profissional e pessoal e, conseqüentemente, uma melhoria na qualidade de ensino, o que é uma preocupação constante de todo educador.

Primeiramente uma Especialização em Educação Sexual resultou num aprimoramento nas aulas do projeto de ensino da escola.

Algumas indagações vieram à tona: como passar essa experiência para os educadores, interessados neste tema? Como atingi-los em áreas geograficamente distantes? Como colocá-los frente às literaturas, experiências e trabalhos na área de Sexualidade Humana?

doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. Estas questões não estão fora do espaço escolar.

Constatou-se que esse é um tema cercado de confusão e desinformação; que uma conversa sobre sexualidade exige muito mais do que simples informação sobre reprodução humana. Necessita-se de um clima de confiança, respeito pela dificuldade e pela insegurança de cada um.

O poder público vem apresentando projetos e legislação sobre educação/orientação sexual para as escolas. Assim, de uma forma ou de outra, vem se falando sobre sexualidade na área da educação e nas escolas propriamente ditas. As questões que se colocam são: quem está falando, de que modo está se falando e por que está se falando.

A disciplina de Ciências e Programa de Saúde e Biologia, principalmente quando se fala na questão de reprodução animal e humana, desperta a curiosidade dos alunos frente às questões e aos mistérios do corpo. Porém o programa dessas disciplinas é pré-estabelecido. A sexualidade é “localizada”, vinculada aos genitais e não com qualquer significado sentimental, corporal e social. Mas será que este conhecimento escolar permite às pessoas pensar e viver sua sexualidade?

No percurso da minha atuação, na prática pedagógica, defrontei com questões que, inicialmente, não estava preparada para responder, mesmo sendo da área de Biologia. A minha inexperiência em relação ao assunto, junto com as dúvidas dos alunos, me levou a buscar formas para saná-las, para que não ficassem sem resposta. Queria contribuir para atender as expectativas e anseios dos alunos no que diz respeito à educação sexual. Qualquer manifestação ainda é encarada como “*problema*”, seja de inquietações físicas da puberdade e/ou curiosidades sexuais como: transformações do corpo, gravidez, métodos contraceptivos e contraceptivos, homossexualidade, entre outros.

Para os dirigentes da escola, basta o assunto está incluso no programa das aulas de Ciências, Biologia e Programa de Saúde que se consideram satisfeitos, não havendo necessidade de um aprofundamento maior. Geralmente este é um dos mecanismos mais conhecidos para tratar a temática, mas no meu ponto de vista, a educação necessita de profissionais capacitados e coerentes para o enfrentamento de constantes situações novas, independente da área de atuação.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1. Geral:

Elaborar um modelo para a construção de um curso de capacitação/formação de profissionais da Educação do Ensino Fundamental, em Sexualidade Humana, através do EAD – *e-learning*, dentro de uma abordagem construtivista (oficinas), estimulando o envolvimento do aprendiz com seu processo de aprendizagem.

1.2.2. Específicos:

- Utilizar o modelo de curso *on line* para capacitar/formar profissionais da Educação, em exercício nos sistemas de ensino público ou privado, do Ensino Fundamental, para atuação na área da Sexualidade Humana, usando a tecnologia digital para viabilizar um ambiente de ensino e de aprendizagem mais rico e motivador;
- Definir um modelo e uma arquitetura (*design* educacional) para o curso
- Produzir conhecimentos teórico-prático, expresso em ferramentas e modelos pedagógicos, no ambiente de aprendizagem;
- Desenvolver habilidades de experimentação de novas alternativas educacionais e de redimensionamento da prática pedagógica;
- Desenvolver habilidades de auto-estudo, de busca de informações e de análise de programas veiculados pelos novos recursos da tecnologia;
- Permitir o compartilhamento de informações em tempo real;
- Atender a educadores dispersos geograficamente;
- Possibilitar uma aprendizagem autônoma ligada à experiência do educador/aluno

1.3 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DO TRABALHO

Falar de sexualidade significa falar de concepções cristalizadas. Significa, também, falar de repressão, poder, preconceito, desejo, paixão, prazer, vida, morte, controle, gênero, pecado, opção sexual, construção de papéis sócio-sexuais,

aprender. O conteúdo customizado é a nova fronteira do *e-learning*. As ferramentas de criação de cursos para o *e-learning* vão muito além de escrever e processar textos. Elas possibilitam que os professores integrem uma variedade de mídias para criar conteúdos de aprendizagem estimulantes e interativos.

Educar é um processo complexo e a tecnologia pode ajudar na complementação do processo de aprendizagem. A educação é a base fundamental de um processo de desenvolvimento. O processo de melhoria da qualidade do ensino que passa pela atualização do corpo docente. Os profissionais devem ser reciclados e preparados para que eles tirem o melhor proveito do curso que estará à sua disposição.

MORAES alerta que:

Pensar na formação do professor para exercitar uma pedagogia adequada dos meios, uma pedagogia para a modernidade, é pensar no amanhã, numa perspectiva moderna e própria de desenvolvimento, numa educação capaz de manejar e produzir conhecimento, fator principal das mudanças que se impõem nesta antevéspera do século XXI. E desta forma, seremos contemporâneos do futuro, construtores da ciência e participantes da reconstrução do mundo". (1996, p.72)

Segundo MORAN:

Na educação, escolar ou organizacional, precisamos de pessoas que sejam competentes em determinadas áreas de conhecimento, em comunicar esse conteúdo de forma mais rica, profunda, vivencial, facilitando a compreensão e a prática de formas autênticas de viver, de sentir, de aprender, de comunicar-se. Ao educar facilitamos, num clima de confiança, interações pessoais e grupais que ultrapassam o conteúdo para, por meio dele, ajudar a construir um referencial rico de conhecimento, emoções e de práticas". (2001, p. 62-63)

O presente trabalho visa contribuir para este processo, trabalhando pela capacitação de profissionais da educação, através de um curso *on line*, visando às suas necessidades específicas e apresentando conteúdos programáticos e metodologias que auxiliarão numa melhor compreensão da Sexualidade Humana. Através do curso proposto, os profissionais da educação, além de estudar sobre os temas relacionados à Sexualidade Humana poderão participar de fóruns, *chats*, entrando, assim, em contato com centenas de outros educadores de vários lugares do Brasil, trocando suas experiências para um melhor desenvolvimento dos conteúdos de Sexualidade Humana.

Sabe-se que a EAD se apresenta hoje como uma modalidade de educação que possibilita a inovação dos procedimentos de ensino, o desenvolvimento de uma educação extra-escolar que utiliza diversos meios eletrônicos de comunicação, possibilitando o acesso de novos públicos em locais distantes e dispersos geograficamente (ZAMUDIO, 1997).

Já não carregamos mais conosco a ilusão de décadas atrás, tão bem descrita por HAEBERLE:

As primeiras transmissões de um sinal televisivo via satélite, capaz de chegar a qualquer lugar do planeta, fizeram florescer grandes ilusões nos educadores. Eram os anos 60. A possibilidade de multiplicar a imagem e a voz de um professor e de chegar aos lugares mais distantes fizeram pensar que o problema da marginalização educacional de boa parte do mundo estava resolvido”. (1997, p.363)

As tecnologias da comunicação já permitem que profissionais se atualizem mediante cursos de EAD via rede de computadores recebendo materiais escritos e audiovisuais pelo *www (world wide web)*. MORAN (1998) também nos lembra que o desenvolvimento tecnológico já possibilita inclusive a utilização de videoconferências na rede, permitindo que várias pessoas, em lugares bem diferentes, possam ver umas as outras, comunicarem-se entre si, trabalharem juntas, trocarem informações, aprenderem e ensinarem. O avanço tecnológico possibilitou o oferecimento de mais ilustrações, sons, imagens e movimento, aumentando a capacidade de aprendizagem. Além disso, hoje já é possível acompanhar o aproveitamento do aluno e dar a ele a oportunidade de interagir com o conteúdo, com instrutor e com colegas de todos os lugares.

As novas tecnologias como: uso da informática, do computador, da Internet, do CD-ROM, de ferramentas para o EAD (*chats, fóruns, correio eletrônico*) e de recursos e linguagens digitais que atualmente dispõe-se, podem colaborar significativamente para tornar o processo de aprendizagem mais eficiente e mais eficaz. Essa ferramenta de ensino, que é conhecida como *e-learning*, pressupõe a atualização dos recursos multimídia e da *Web* para informar, formar e capacitar pessoas. O *e-learning* não é só tecnologia. As pessoas aprendem com a experiência e através do contato com as pessoas que sabem. O *e-learning* deverá ser como um jogo: aprender brincando. Mudar a forma de ensinar e aprender é seu desafio, permitindo que o tempo para aprender esteja em equilíbrio com a necessidade de

1.1 PROBLEMÁTICA

Seguindo as novas Leis de Diretrizes do Ministério da Educação e do Desporto, instituindo os Parâmetros Curriculares Nacionais, onde a temática da sexualidade passou a ser contemplada no espaço escolar, a educação sexual começou a ganhar fôlego e as escolas começam a abrir suas portas para essa discussão. Porém, como não se tem profissionais capacitados e preparados e como prepará-los, é o objetivo desta pesquisa.

A capacitação/formação é o processo de aprendizagem que inclui desenvolver capacidades e habilidades capazes de fazer com que o sujeito opere com os dados disponíveis da realidade. A capacitação não pode ser vista como acúmulo de informações estáveis e estanques, mas como fator de compreensão da realidade através de diferentes pontos de vista.

De acordo com MASETTO, M.

O conceito de ensinar está mais diretamente ligado a um sujeito (que é o professor) que, por suas ações, transmite conhecimentos e experiências a um aluno que tem por obrigação receber, absorver e reproduzir as informações recebidas. O conceito de aprender está ligado mais diretamente a um sujeito (que é o aprendiz) que, por suas ações, envolvendo ele próprio, os outros colegas e o professor, busca e adquire informações, dá significado ao conhecimento, produz reflexões e conhecimentos próprios, pesquisa, dialoga, debate, desenvolve competências pessoais e profissionais, atitudes éticas, políticas, muda comportamentos, integra conceitos teóricos com realidades práticas, relaciona e contextualiza experiências, dá sentido às diferentes práticas da vida cotidiana, desenvolve sua criticidade, a capacidade de considerar e olhar para os fatos e fenômenos sob diversos ângulos, compara posições e teorias, resolve problemas. Numa palavra, o aprendiz cresce e desenvolve-se. E o professor, como fica nesse processo? Desaparece? Absolutamente. Tem a oportunidade de realizar seu verdadeiro papel: o de mediador entre aluno e sua aprendizagem, o facilitador, o incentivador e motivador dessa aprendizagem. (2000, p. 139-140)

Concorda-se com COSTA, quando diz:

[...] as condições vulneráveis em termos de formação específica dos educadores para atuarem pedagogicamente nesse campo, especialmente se observarmos que a proposta de *orientação sexual* apresentada pelos PCNs, visualiza o envolvimento de todos/as os/as agentes educacionais da escola para trabalharem com o tema. Portanto, sem as concepções teóricas claramente indicadas e sem as condições objetivas de formação garantidas, por mais boa vontade que possam ter os/as educadores, a proposta do MEC pode esvaziar-se ou ser conduzida a direções contrárias na documentação dos parâmetros. (2001, p. 42-43)

A rápida evolução da ciência e da tecnologia tem levado os profissionais a buscar um aprimoramento constante e dinâmico, de forma a atender às exigências crescentes de um mercado de trabalho altamente competitivo.

“A humanidade está, cada vez mais, inserida em um mundo cujo funcionamento pressupõe o acesso rápido à informação. A rotina diária do homem contemporâneo não deixa muitas dúvidas sobre essa afirmativa. O ingresso dos inventos tecnológicos neste cenário, notadamente os que interligam os indivíduos em redes de comunicação globais, recomenda uma reflexão sobre a natureza dos problemas colocados à coletividade humana”.(VIEIRA,M. e ANDRADE,N., 2000)

A composição pedagógica do Ensino a Distância, não resolve apenas as questões das grandes distâncias, mas também, busca suprir as necessidades de interatividade do aluno com o tema de estudo bem como se valer das ferramentas tecnológicas disponíveis como forma de aperfeiçoar os aspectos pedagógicos do ensino, permitindo cumprir os principais fatores de uma educação centrada no aprendizado interativo, dinâmico e contextualizado.

Para Lucena & Fuks (2000, p.53) a Educação a Distância “consiste no ensino por meio de mídia impressa ou eletrônica para pessoas engajadas em um processo de aprendizado em tempo e local diferentes dos instrutores e aprendizes”. Carmo (1997) lembra que não basta promover um processo de aprendizagem entre docentes e aprendizes distantes, é preciso aproximá-los, diminuir as barreiras que são impostas pelo espaço e pelo tempo. Carmo considera Educação a Distância como “uma modalidade de ensino que obriga a um processo de mediatização para suprir a descontinuidade entre o ensinante e aprendente” (1997, p.195).

Profissionais da educação que desejam desenvolver o tema Sexualidade Humana, em sala de aula presencial, poderão contar com este curso a distância onde oficinas serão desenvolvidas para ajudá-los em suas aulas.

A maior preocupação não é somente oferecer um curso de conteúdo através da Internet, mas sim, promover um real crescimento e entendimento neste curso de Sexualidade Humana. Com isso a internet torna-se uma ferramenta de grande auxílio a qualquer processo educacional. Através deste curso proposto, os profissionais da educação poderão realizar sua atualização e/ou capacitação necessária para a aplicação do tema em sua vida profissional.

1. INTRODUÇÃO

“A sexualidade no espaço escolar não se inscreve apenas em portas de banheiros, muros e paredes. Ela ”invade” a escola por meio de atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles. Por vezes a escola realiza o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora da sala”. (MEC-SEF, PCNs 1998, p.292)

A escola constitui-se num espaço privilegiado para discutir a sexualidade humana, principalmente pela possibilidade de multiplicação de valores e construção de um ser humano mais autêntico, é que se torna imperioso a promoção de uma educação mais libertadora e menos definidora de padrões e normas de conduta.

Nos dias atuais, a escola ainda apresenta-se como uma instituição normatizadora, apenas disciplinadora, não respeitando as diferenças dos alunos e valorizando apenas o aluno com perfil de obediência, silencioso e “estudioso”. Nesse contexto, é transferindo ao educador a responsabilidade de corrigir os “desvios da natureza humana”.

O trabalho de educação sexual na escola deve ter uma leitura pedagógica e ser desenvolvido dentro das técnicas educativas, não tendo visão terapêutica. A educação sexual discute os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes na sociedade, relacionadas à sexualidade.

Conforme encaminhamentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais do MEC e da Proposta Curricular de Santa Catarina da Secretaria Estadual de Educação (em anexo), o ensino da Sexualidade Humana deve ser trabalhado nos Ensinos Fundamental e Médio. Porém observa-se que a maioria das escolas não está lidando com o tema, por que existe uma enorme carência de profissionais devidamente preparados. Percebe-se, também, que os cursos de formação e aperfeiçoamento de conhecimentos na área da Sexualidade Humana, são ainda raros e de pouco acesso aos professores da Rede Pública e Privada de ensino, pois são oferecidos somente por instituições de caráter privado.

Entende-se que a escola ao seguir o que o MEC propõe como um dos temas transversais, a Orientação sexual, deverá buscar recursos humanos e pedagógicos adequados, onde a constante pesquisa e ressignificação de temas seja capaz de permear os diferentes campos do conhecimento.

ABSTRACT

The constants and sped up changes in the current society provoked by the increasing advances of the technologies of information and the communication, besides creating new habits and customs, modify the characteristics of the productive system more giving to origin the necessities of informed, more independent educators, with capacity to quickly adapt themselves into new situations and with a necessity of constant update of its knowledge. Ahead of this context the traditional educational system, characterized by the controlled and sequenced education, it's been questioned the best form to prepare professors and students to attend the demands of the productive system and for moments of uncertainties where the fast adaptation to the new is basic. Therefore it has being gradually adopted, a more flexible learning approach where the student participates actively of the construction of knowledge. One of the solutions for it was the incorporation of the internet as a manner to promote the interaction between the participants of a learning community. The main objective of this course is to enable the professors in the access to the new technology and in the production of didactic materials, developed in a constructive environment that are the workshops offered during the course. With the objective of qualifying the educational ones to access the new technology and production of didactic materials, developed in constructiv enviroment, through the workshops offered along the course, the present work seeks to contribute for this process, seeking to those educators' specific needs, presenting programs and methodologies that will attend in a better understanding of the Human Sexuality. Through the proposed course, besides studying on the themes related to the Human Sexuality, they can participate in forums, chats, getting, in contact with hundreds of another educators of several places of Brazil and exchanging its experiences for a better development of the contents of Human Sexuality. This model of course is planned, strategically, in the light of an integrated pedagogical propose (constructive) supporting a technological propose, in such form to allow its applicability as learning tool, it's hopped that it will be an efficient manner to enable these educational professionals.

RESUMO

LIMA, Maria Helena C. **Trabalhando a sexualidade humana: a construção de um modelo de curso através do ensino a distância – e-learning**. Florianópolis, 2003. 106fls. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2003.

As constantes e aceleradas mudanças na sociedade atual, provocadas pelos crescentes avanços das tecnologias de informação e da comunicação, além de criarem novos hábitos e costumes, modificam as características do sistema produtivo dando origem a necessidades de educadores mais informados, mais autônomos, com capacidade de uma rápida adaptação a novas situações e uma necessidade de atualização constante de seus conhecimentos. Diante deste contexto o sistema educacional tradicional, caracterizado pelo ensino controlado e seqüenciado, vem se questionando a melhor forma de preparar professores e alunos para atenderem às demandas do sistema produtivo e para momentos de incertezas onde a rápida adaptação ao novo é fundamental. Por isso vem sendo adotada gradativamente, uma abordagem de aprendizagem mais flexível onde o aluno participa ativamente da construção do conhecimento. Uma das soluções para tal foi a incorporação da Internet como meio de promover a interação entre os participantes de uma comunidade de aprendizagem. Com o objetivo de capacitar os docentes para acesso a nova tecnologia e produção de materiais didáticos, desenvolvidos num ambiente construtivista, através das oficinas oferecidas ao longo do curso, o presente trabalho visa contribuir para este processo, visando às necessidades específicas desses educadores, apresentando conteúdos programáticos e metodologias que auxiliarão numa melhor compreensão da Sexualidade Humana. Através do curso proposto, além de estudar sobre os temas relacionados à Sexualidade Humana, eles poderão participar de fóruns, *chats*, entrando, assim, em contato com centenas de outros educadores de vários lugares do Brasil, trocando suas experiências para um melhor desenvolvimento dos conteúdos de Sexualidade Humana. Espera-se que, este modelo de curso, que foi planejado, estrategicamente, à luz de uma proposta pedagógica integrada (construtivista) sustentando uma proposta tecnológica, de tal forma a permitir sua aplicabilidade como ferramenta de aprendizagem, seja um meio eficaz para a capacitação desses profissionais da educação.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Representação visual do modelo de EAD	35
Figura 2 - Objetos de Aprendizado.....	47
Figura 3 - Atores.....	60
Figura 4 - Modelo da Página do Curso <i>on line</i>	63

LISTA DE ABREVIATURAS

- CA - Colégio de Aplicação
- EAD - Educação a Distância ou Ensino a Distância
- GPTOS - Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual
- LED - Laboratório de Ensino a Distância
- LES - Laboratório de Engenharia de Software
- MEC - Ministério da Educação e do Desporto
- PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais
- PUC - Pontifícia Universidade Católica
- SEF - Secretaria de Educação Fundamental
- UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina
- UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

4.2 ESTRUTURA DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	59
4.3 FORMATO DAS MÍDIAS UTILIZADAS	65
4.4 ANÁLISE GERAL	66
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	73
ANEXOS	83

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	viii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	ix
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
1. INTRODUÇÃO	01
1.1 PROBLEMÁTICA.....	03
1.2 OBJETIVOS	06
1.2.1 Geral.....	06
1.2.2 Específicos	06
1.3 JUSTIFICATIVA E IMPORTÂNCIA DO TRABALHO.....	06
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	10
2. SEXUALIDADE HUMANA	12
2.1 BREVE HISTÓRICO DA SEXUALIDADE HUMANA NO BRASIL	12
2.2 DIFERENCIANDO OS TERMOS: SEXUALIDADE HUMANA, EDUCAÇÃO SEXUAL E ORIENTAÇÃO SEXUAL	17
2.3 TRABALHANDO A SEXUALIDADE HUMANA NO ESPAÇO ESCOLAR.....	26
2.4 APRENDER APRENDENDO: OFICINAS.....	30
2.4.1 Oficinas: Ambiente Construtivista de aprendizagem.....	32
3. ENSINO OU EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	35
3.1 ASPECTOS CONCEITUAIS DE EAD	35
3.2 DOS PRIMÓRDIOS À ATUALIDADE DA EAD, NO MUNDO E NO BRASIL	37
3.3 <i>E-LEARNING</i> : EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO ATRAVÉS DA TECNOLOGIA....	41
3.3.1 Novos rumos no campo da educação	44
3.3.2 Objetivos do <i>E-learning</i>	45
3.4 NOVOS MODELOS DE APRENDIZAGEM	45
3.5 ESTRATÉGIAS DE ENSINO DE SEXUALIDADE HUMANA EM <i>E-LEARNING</i>	48
3.6 MÓDULOS E SUAS RESPECTIVAS FERRAMENTAS	51
4. MODELAGEM DE UM AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	58
4.1 CARACTERÍSTICAS DO CURSO <i>ON LINE</i>	58

“De tudo ficaram três coisas:
a certeza de que estamos começando,
a certeza de que é preciso continuar,
a certeza de que podemos ser interrompidos
antes de terminar.

Fazer da interrupção um caminho novo, fazer da queda
um passo de dança, do medo uma escada, do sonho
uma ponte, da procura um encontro.
E assim terá valido a pena existir”.

Fernando Sabino

AGRADECIMENTOS

Muitas são as pessoas cujos nomes devem constar, pelo menos, nesta página, pois sua presença, colaboração e apoio, durante esta jornada, foram fundamentais no processo desta dissertação.

Gostaria de agradecer:

aos meus pais e minha irmã que, de longe, acompanharam esta jornada;

ao Prof. Dr. Alejandro Rodriguez Martins, que me orientou e ajudou alcançar o término desta dissertação;

à solidariedade e amizade de todos os professores e servidores técnico-administrativos do Colégio de Aplicação da UFSC;

aos meus amigos do Curso de Especialização em Educação Sexual da UDESC, Florianópolis, com os quais formei um sólido laço de amizade: Ana Lúcia Sant'Anna Farias, Carlos Castilhos Wolff, Maria Roseméri Spézia Régis e Terezinha Oliveira Cruz.

aos Professores e colegas das várias turmas do Mestrado, porém uma em especial: a amiga e companheira do curso de Mestrado, e que apesar da distância, continuamos com uma amizade muito grande: Jucélia Geni Pereira Fregoneis;

aos meus/minhas amigos/as do Colégio de Aplicação da UFSC que com certeza torceram muito para que eu chegasse até aqui e com os quais pude contar sempre: Ana Cristina de A. Waltrick, Márcia Vieira Cardoso, Selma Zelandra Medeiros, Maria José Brandão Miguez, Antônio Farias Filho, Mario César Pires, Paulo Roberto Silva de Oliveira, Marlise Fagundes, Patrícia O. Pires;

a todos os componentes da banca, por sua valiosa participação no julgamento da dissertação.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação às minhas filhas, Cristiane e Helena, aos meus familiares e amigos(as), que muito contribuíram para este trabalho.

MARIA HELENA CERQUEIRA LIMA

**TRABALHANDO A SEXUALIDADE HUMANA:
A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE CURSO ELABORADO
ATRAVÉS DO ENSINO A DISTÂNCIA - *E-LEARNING***

**Dissertação apresentada como requisito
para obtenção do grau de Mestre ao
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção da Universidade
Federal de Santa Catarina.**

Orientador: Prof. Dr. Alejandro Martins Rodriguez

Florianópolis (SC)

2003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E SISTEMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**TRABALHANDO A SEXUALIDADE HUMANA:
A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE CURSO ELABORADO
ATRAVÉS DO ENSINO A DISTÂNCIA - *E-LEARNING***

MARIA HELENA CERQUEIRA LIMA

Florianópolis (SC)

2003